



MUNICÍPIO DE AVEIRO **Assembleia Municipal**

ACTA N.º 6

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 29-04-98

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, Presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, e secretariado pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificou-se a falta dos vogais Raúl Ventura Martins, Libério da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lucas Amaro Rodrigues, João Pedro Simões Dias, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

De imediato o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, conferiu a posse do Vogal José Augusto Fernandes Júnior, por substituição do senhor José Gonçalo Borges Belo da Fonseca.

Seguidamente deu nota do pedido de justificação da falta do Vogal João Pedro Simões Dias, a qual foi aceite e considerada justificada.

Presidente da Mesa:

“Meus Senhores façam favor de ocupar os vossos lugares, vamos prosseguir, há um texto subscrito pelo presidente de Junta de Freguesia de Eixo, vou dar a palavra aos oradores do período de antes da ordem do dia que ainda não intervieram e depois perguntarei se há objecção a que este texto seja lido formalmente como uma espécie de intervenção do período de antes da ordem do dia. Sendo assim, dou a palavra aos oradores que prescindiram ontem de usar da palavra para facilitar os trabalhos.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. A questão que eu queria trazer ao período de antes da ordem do dia é a seguinte: no início deste mandato, como é hábito, nós recebemos um cartão do Secretariado do Parque de Feiras e Exposições, em que nos convidavam a visitar livremente as feiras e exposições e os eventos organizados pelo parque de feiras e exposições de Aveiro. A acompanhar este cartão de livre trânsito, que é normal ser-nos dado todos os anos vinha um calendário com as feiras que iriam ser organizadas e dentro deste princípio de que ao recebermos um cartão destes é nosso dever como membros eleitos desta Assembleia de estarmos a par das realizações da Câmara, foi ver o Salão de Antiguidades. Qual não foi o meu espanto, quando cheguei lá e apresentei o cartão e me disseram que o cartão da Câmara Municipal não é válido para a feira das antiguidades porque a feira das antiguidades é uma organização dos Lions Clube de Santa Joana Princesa. Bom, aquilo que eu quero perguntar é, o que é que se passa? Ou a Câmara usurpou o nome do Lions Santa Joana Princesa e está a usar uma realização que não é sua ou é exactamente ao contrário. É uma grande ingratidão do Lions Clube Santa Joana de estar a receber dinheiro da Câmara (se é que está) para organizar este salão de antiguidades e não o devia fazer. De maneira que gostaria de ser esclarecido de quem é a organização deste salão de Antiguidades? Era este o assunto, muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Eu gostava apenas de me congratular pelo facto de ter sido restabelecido o direito à indignação, na pessoa ou nas pessoas de altas individualidades deste País, uma vez que o mesmo durante algum tempo, parece-me a mim, esteve suspenso. Muito obrigado.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Ex.mo Sr. Presidente desta Assembleia, Ex.mos Srs. Deputados: Em representação de toda a população da Vila de Eixo e dos seus lugares de Horta e Azurva e na certeza de estar a defender os seus interesses, como me compete, ponho à consideração desta Assembleia um problema que reputo de maior importância.

Esse problema é nem mais nem menos o da construção da famigerada variante de Eixo e a Azurva em alternativa à velha e super congestionada EN230, que liga Aveiro a Águeda. As populações de Eixo e de Azurva vivem num inferno. Para saírem à rua fazem-no com o credo na boca, protegendo-se do trânsito nas portadas das casas, correndo riscos de atropelamentos.

Nas zonas de maiores conflitos não existem passeios. O fluxo de trânsito automóvel é elevadíssimo... pesados, ligeiros, motorizadas, usurpam o espaço aos peões.

Nos últimos anos os acidentes têm sido uma constante. Mais de uma dezena de mortos, não esquecendo os que ficaram incapacitados para o resto da vida, ficando assim a constituir um pesado encargo para todos nós.

Há mais de 40 anos já se falava na construção de uma variante a Eixo. Já nesses recuados tempos se fazia sentir a necessidade de uma nova via que retirasse o trânsito da sinuosa e apertada artéria que atravessa a Vila de Eixo e o lugar de Azurva.

Durante dezenas de anos a população viveu na esperança de ver transformada em realidade uma velha aspiração. Durante dezenas de anos muitos cidadãos estiveram impedidos de construir habitações nas zonas por onde estava previsto o traçado da desejada variante. Quem passa por Eixo facilmente se apercebe do estado em que se encontram inúmeras habitações que ladeiam a EN 230, com os beirais dos telhados completamente arrasados.

Ao fim de 30 longos anos, para desespero de toda a população, a esperança acabou por morrer... com efeito, o traçado da prometida variante foi-se! Tudo acabou sem efeito, para mal dos nossos pecados.

Passado algum tempo, em substituição do traçado inicial, alguém inventou outro traçado, por sinal, segundo a opinião do povo, melhor que o primeiro. Este novo traçado entrou em “banho maria” durante muitos anos, e vai daí, a população voltar a alimentar nova esperança de solução para o problema que enfrenta. Novas zonas ficaram afectadas ao novo traçado, pessoas novamente impedidas durante muitos anos de construir etc. etc.

Porém, mais recentemente, durante a feitura do PDM, que teve, como se sabe, um período de incubação de cerca de 5 anos, foi-nos dado a conhecer este segundo traçado, com início antes de Eixo, no sentido Águeda/Aveiro, e que até parecia servir os interesses desta localidade, utilizando terrenos baratos e pouco produtivos, com poucas obras de arte a construir e que iria entroncar na projectada via de cintura afastada de Aveiro, na zona do Cabeço Serrano, em Azurva, teria sido raspado por alguém, das cartas do PDM. E tudo voltou à estaca zero. Em sua substituição teriam inventado o projecto de uma via, esta, com o nome de Eixo Estruturante, que partindo da zona Forca, irá atravessar uma zona densamente povoada, afectando terrenos agrícolas de 1ª qualidade, passando pela Moita, indo atravessar uma larga zona pantanosa - o denominado Ribeiro de Horta, onde terá que ser construída uma dispendiosa obra de arte, uma ponte com quase 1 Km, para pouco servir a vila de Eixo e o lugar de Azurva, estamos disso certos.

Este traçado foi contestado pela Junta de Freguesia de Eixo, no período legal em que o PDM esteve aberto a reclamações ... mas ninguém nos ouviu!

Já passaram mais uns tantos anos... mas o problema mantêm-se sem solução há mais de 40 anos, hoje muito mais agravado do que então, nomeadamente nos aspectos de custos de obra, aumento do tráfego rodoviário e também, por que não, alguma perda de credibilidade de entidades em quem o povo vem depositando os seus destinos, através dos sucessivos actos eleitorais.

A variante de Eixo assemelha-se a um parto difícil. Nem a criança nasce... nem a população deixa de sofrer na carne o castigo que injustamente lhe é aplicado.

A população tem a razão pelo seu lado! Quem ousa dizer o contrário que se manifeste. Eixo exige que no mais curto espaço de tempo seja construída a variante alternativa à actual EN 230, projectada e prometida há perto de meio século. Que o seu traçado seja objecto de um estudo prévio onde esta autarquia pretenda dizer uma palavra, pondo-se assim ponto final a um grave problema que afecta negativamente as populações de Eixo, Azurva e não só.

Não queremos mais insegurança nem acidentes viários... não queremos mais mortes nem incapacitados em Eixo e Azurva e Horta por motivo da flagrante falta de condições de segurança na EN 230.

Nesta data está em marcha uma recolha de assinaturas com base numa exposição a enviar às entidades competentes, solicitando, democraticamente a construção de uma alternativa à actual estrada que atravessa Eixo e Azurva e Horta. Tenho dito.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

Presidente da Mesa:

“ O Sr. Deputado Armando Vieira quer usar da palavra, estava inscrito. Quer usar?”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente muito obrigado, mas para não atrasar os trabalhos e porque as questões que tenho a pôr podem ser postas no decurso da discussão do plano de revisão do orçamento, deixarei as minhas intervenções para essa altura.”

Presidente da Mesa:

“Quanto a estas propostas (aqui apresentadas na reunião anterior), em termos legalistas, no período de antes da ordem do dia, a Assembleia não pode deliberar. De todo modo, se houver consenso “nemine discrepante” que é como quem diz se ninguém se opuser, também não vejo que não possa haver deliberação, embora prejudicando essa limitação regimental. Vamos a ver uma a uma o que se apraz dizer a esta câmara. Por ordem (se bem me lembro) é o texto sobre a Academia das Ciências de Aveiro. Vamos fazer assim, eu convido o proponente deste texto a fazer a dissertação que entender sobre a matéria e no final perguntarei (porque há aqui uma proposta de deliberação sobre a formação de um grupo de trabalho) à Assembleia se tem objecção a que se aprove essa formação e se delibere nesse sentido.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Dizer que vou fazer uma síntese, obviamente, e de forma nenhuma levar imenso tempo que começa a escassear para os trabalhos desta Assembleia. De facto a proposta resume-se a quatro linhas, no fim exactamente do texto, tudo o antecedente é porque se refere à hipótese de no futuro se criar uma Academia das Ciências de Aveiro e isto teria que ser bastante bem fundamentado, como é óbvio. E partimos exactamente das considerações sobre a existência de um círculo interactivo entre realidades como ciência, tecnologia, sociedade e estado. Tenta-se, enfim, (porque o documento foi distribuído não vou repetir) demonstrar que de facto existe este círculo e que ele é interactivo, nomeadamente a nível da sociedade e do Estado e de alguma forma tudo o que é poder, o seu relacionamento com estas anteriores realidades e aqui cabe também o poder autárquico. Para pragmaticamente se alcançar, de facto, o desenvolvimento, a actuação deste círculo, que alguém denominou de círculo da modernidade, é preciso ter consciência desta interacção. E para isso, creio que é necessário preocupar-nos com a descodificação, divulgação, valorização e aplicação da ciência. E é neste aspecto que eu desenvolvo estes temas, citando a descodificação até para entre cientistas, conhecimentos novos adquiridos por especialistas, terem interacção com os conhecimentos de outros especialistas e portanto a ciência se tornar mais fecunda, mas além disso, a divulgação para uma actualização permanente do cidadão e a valorização da ciência conducente a sua própria aplicação, é algo que interessa a toda a sociedade e que interessa de toda a forma apreciar e promover.

Quanto à aplicação, lembro-me que uma Academia das Ciências centenária como a Academia das Ciências de Lisboa, já há mais de duzentos anos assumiu como lema “se não for útil o que fazemos, a glória é vã”. Neste contexto parece-nos que é da maior importância criar uma Academia das Ciências que sem colidir com os objectivos da Academias das Ciências de Lisboa, que tem um carácter nacional e que tem desenvolvido e bem, esta sua actividade, penso que Academia das Ciências pensada noutros moldes são necessárias. Penso que Aveiro com uma Universidade credível, uma Universidade qualificada, com uma sociedade com uma vitalidade que todos reconhecemos preocupada com o desenvolvimento, penso que é um local onde se pode pensar de facto, na criação de uma Academia das Ciências, cujos membros não correspondem ao que habitualmente estamos habituados a verificar noutras

Academias, isto é, para além dos investigadores, para além dos produtores de conhecimentos científicos, estarão também os utilizadores, aqueles que portanto podem fazer a tal interacção indispensável entre a ciência a tecnologia e a sociedade. Aqui cabem, para além dos cientistas, também professores, empresários, autarcas, entre outros, cidadãos que, de facto, por interacção devem participar nas acções da Academia das Ciências de Aveiro. Uma Academia totalmente diferente das usuais, daquelas cujo os anos são muitos que existe uma tradição muito grande. Esta será de facto uma Academia voltada essencialmente para o século XXI. No fim, é evidente que não venho pedir a esta Assembleia que faça uma deliberação sobre matéria tão importante e tão complicada como criar uma Academia das Ciências de Aveiro. Aquilo que eu penso é que se esta ideia que teve um início que parte de um partido político, penso que uma Academia deste tipo deve ter o apoio, deve ser uma proposta de Aveiro e como tal surge-me a ideia que era bem mais interessante apresentar isto nesta Assembleia e propôr a criação de um grupo com membros de todas as bancadas, para que de facto, seja algo que traduza a vitalidade da sociedade Aveirense e que não seja uma iniciativa que parte da bancada do PSD, mas que tem posteriormente de receber, se for caso disso, o apoio de toda a sociedade. Esta é a minha grande preocupação deste grupo de trabalho. Como eu digo, este grupo de trabalho não é para deliberação sobre este assunto, mas é antes para propiciar condições para que aprofunde este trabalho e que se elabore posteriormente uma proposta, que essa sim, vai carecer de uma deliberação.”

Presidente da Mesa:

“Penso que ficamos a melhor entender esta iniciativa e passarei (se não houver objecções) à fase de deliberação sobre esta proposta que é assim: “propõem-se à Assembleia Municipal de Aveiro, a criação de um grupo de trabalho para analisar e fazer propostas concretas atinentes à criação da Academia das Ciências de Aveiro” a questão liminar é esta. Alguém se opõe a que um pouco por cima do regimento se passe à fase deliberativa desta proposta? Opõe.”

Vogal Virgínia Veiga:

“ Opõe, porque entendo que a proposta deve ser posta à admissão. Tem havido um consenso, digamos assim, de não haver rejeições de propostas (Penso que esta não será rejeitada) mas entendo que ela deve ser discutida, por abrir um especial precedente de tentativa de propostas de assuntos que não me parecem da competência da Assembleia Municipal e, portanto, perderíamos hoje tempo (julgo eu) para o ganhar nos próximos três anos.”

Presidente da Mesa:

“É uma perspectiva absolutamente respeitável. De qualquer maneira a proposta foi admitida pela Mesa, já tinha sido ontem, não vale a pena estar a dizer que foi admitida porque se se passa a fase subsequente fica implícito que foi admitida. De qualquer maneira, na sequência de uma intervenção no período de antes da ordem do dia fica prejudicado o seu texto (pessoalmente acho interessante), possa a vir a ser posta a iniciativa com um outro enquadramento regimental.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, eu queria só esclarecer a colega da bancada do PS, quando diz que considera que este assunto não é deste âmbito. Só para dizer que de facto, as várias páginas que foram aqui escritas, foram para demonstrar que a interacção entre a

Ciência e a Sociedade e o Estado e o Poder, nomeadamente o Poder Autárquico, são indispensáveis para activar o ciclo da modernidade. Portanto, isto diz-nos respeito claramente a nós e que é um tema do âmbito desta Assembleia, em meu entendimento. Também quero dizer que, já anteriormente e noutras sessões já depois da eleição desta Assembleia, foram assuntos propostos antes da ordem do dia, em que houve grupos de trabalho que se criaram sem grandes problemas e que portanto aceito perfeitamente que invocando o regimento, a colega diga que não, não me parece razoável é os argumentos que usou. De facto aqueles argumentos a mim não me convenceram.”

Presidente da Mesa:

“O problema é este. Tem havido algumas práticas, nomeadamente essa que referiu, de alguns antecedentes, nomeadamente criação de grupos de trabalho. Estive a pensar porque pode haver aqui uma situação de impasse que poderá porventura ser corrigida em sede regimental e que é o que acaba de aludir indirectamente. A comissão tem reunido e penso que os trabalhos estão com a cadência normal, até por não se sentir uma urgência absoluta. Portanto há que melhorar o regimento. Agora, eu não vou filosofar, senão o deputado Diogo Machado diz que eu monopolizo a Assembleia e eu não quero, mas o problema é este. Sobre a natureza deste órgão colectivo, desta Assembleia Municipal, qual é a natureza e qual é a competência. As Assembleias ditas parlamentares, e esta é uma Assembleia de cunho parlamentar, não têm um figurino único. Há os Parlamentos propriamente ditos, as Câmaras dos Lordes, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, os Parlamentos Nacionais, nomeadamente o Parlamento Português da Assembleia da República. Todas estas Câmaras têm figurinos diferentes e atribuições diferentes e competências diferentes, importará reflectir, quando da revisão do regimento, qual é a natureza desta Assembleia. Duas perspectivas se me afiguram inequívocas: tem de ser esta Assembleia uma Câmara de eco dos pontos de vista sobre as problemáticas do concelho que sejam trazidas aqui colectivamente ou individualmente pelos membros da Assembleia e para isso o período de antes da ordem do dia. Excepcionalmente, faculta-se com limitação com a mesma perspectiva de pessoas do público (talvez se tenha de emendar isso) que eu suponho que tenham de ser munícipes de Aveiro, mas talvez também possam ser gente de fora de Aveiro. Terá que se discutir isso. Depois, este Parlamento local tem a competência de fiscalizar a Câmara Municipal e de autorizar certos actos da Câmara Municipal. Bem... e não poderá pronunciar-se sobre a temática nacional? É sabido que eu entendo que sim, em sessão extraordinária, marcada especialmente, mas sem poder deliberativo aí, mas para se poder ao menos tomar o sentido maioritário pendente sobre os problemas em discussão.

O tema é interessante e é bom que tenha sido hoje suscitado com essa sua pergunta sobre quando é que se mexe no regimento que é evidente tem em vista abrir uma saída para esta problemática. Teremos de analisar isso em termos de decisão democrática, sobre a natureza da Assembleia, com liberdade naturalmente, mas terá também de se ver. Eu não tenho opinião neste momento de quais são os limites legais para o exercício desta Assembleia? Qual é o limite de competências da Assembleia Municipal? É um exercício que vai ser interessante com certeza.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente eu considero, apesar das considerações que fez o Sr. Presidente sobre este tema, que ele tem absoluta pertinência nesta Assembleia. É um assunto que tal qual foi enunciado pode ter interesse para a autarquia e o município. E porque é que eu digo que pode ter interesse? Porque é afinal numa cidade com grande alastramento na

ciência, via Universidade, com um potencial enorme na área do comércio e da indústria e quando se reclama, de há longos anos a esta parte que é necessária a articulação entre as esferas científicas, esfera empresarial, isto é, entre os diversos intervenientes sociais, coarctar uma possibilidade destas anunciada aqui por quem tem reconhecida competência no âmbito da ciência e que até (passo o elogio) poderia arrogar-se o proponente de o fazer isoladamente e tirar os louros e vem a esta Assembleia convidar o membros da mesma a integrar um projecto desta natureza, eu penso que daqui só pode resultar pleno benefício, prestígio para esta Assembleia e prestígio para a Autarquia. Portanto são estes os motivos acrescidos porque eu entendo que o assunto aqui deve ser tratado, ao abrigo da alínea h) do Regimento artigo 2.º «pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução de interesses para a autarquia » Este é um interesse da autarquia, no meu entender. Muito obrigado.»

Entretanto deu entrada na sala o vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Presidente da Mesa:

“Bem... o problema é complicado. Eu não disse que entendia que isto não era um interesse da autarquia, peço muita desculpa, não disse isso Eu quando falei em sessões especiais para discutir problemas nacionais, para discutir problemas locais que não pareçam das atribuições da Assembleia, não estava a referir-me a isto. Estava a dizer que: talvez haja necessidade... (eu por acaso pessoalmente acho que este tem cabimento) nas atribuições da Assembleia Municipal, mas isso é outra conversa. E essa alínea será bem invocável. O problema é que não tem cabimento deliberar sobre este tema no período de antes da ordem do dia. Essa é que é a questão. Não fui eu que fiz o regimento.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, é que eu queria bem esclarecer que aqui o que se apresenta de facto é a criação de uma Academia, não se pede para deliberar sobre essa matéria. O que se pede é para adiar a deliberação, é estudar este assunto melhor para depois ser deliberado.”

Presidente da Mesa:

“ Sr. doutor há-de desculpar, mas isso implica sempre uma deliberação, pegue-lhe por onde lhe pegar. E houve oposição a que isso seja deliberado no período de antes da ordem do dia. Terá que estudar outra maneira de propôr a questão.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“ Sr. Presidente, só um esclarecimento para informar esta Assembleia do que se seguirá. É que eu receava que sucedesse nesta Assembleia, acontecer uma situação das pessoas não reconhecerem o interesse deste projecto e então diria que afinal a sociedade aveirense não estava madura para esta interacção com a ciência e a tecnologia e a criação de uma Academia. Não foi o caso. Foi apenas uma situação de natureza redutora do papel desta Assembleia que levou dentro dos seus direitos a uma posição de um membro desta Assembleia dizer que não concorda, mas como eu reconheço que não há situações de fundo, eu vou naturalmente fora desta Assembleia e demonstrando com certeza que a sociedade Aveirense está viva, levar isto a cabo, lamentando imenso que não seja no seio desta Assembleia mas seja noutra contexto.”

Vogal Diogo Machado:

“Correndo o risco Sr. Presidente, de amanhã ouvirmos declarações do Presidente da autarquia dizendo que os trabalhos não foram eficazmente conduzidos por V. Ex.^a, eu gostaria de fazer-lhe um pedido de esclarecimento, virado através de si para a intervenção da minha colega Virgínia Veiga (utilizando a terminologia implantada e bem, pelo Digníssimo Presidente desta Assembleia) que é o seguinte: foi aqui dito nesta Assembleia por ela própria ontem, de que não gostaria de ver o seu Partido, o Partido Socialista, transformado no partido que coarctava liberdade de opiniões, nomeadamente referindo-se à condução dos trabalhos efectuado por V. Ex.^a nesta Assembleia, ou se realmente a oposição que aqui aduziu a que esta proposta pudesse ser consensualmente (porque é de um consenso realmente que esta proposta precisa) pelo seu valor e pela sua justiça, se esta oposição, repito aqui aduzida pela vogal Virgínia Veiga, foi, Sr. Presidente, apenas e meramente um acto político isolado. Era este o esclarecimento que eu gostava que o Sr. Presidente me prestasse. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Eu não vou pedir esclarecimentos à nossa ilustre colega porque não tem cabimento regimental, quando muito devo dizer-lhe a minha opinião, que já disse. Eu acho que tem cabimento esta discussão numa Assembleia Municipal, mas isso também não foi o que a Dr. Virgínia Veiga disse. Ao fim e ao cabo, o que ela disse é que não tem cabimento em termos de deliberação e aí tem o apoio regimental .”

Vogal Virgínia Veiga:

“O que eu disse e provavelmente defeito meu, não me fiz explicar em condições, foi o seguinte: foi apresentada uma proposta, em meu entender essa proposta devia ser submetida à aceitação ou não da Assembleia. Tem sido apanágio (estou a tentar repetir aquilo que disse por outras palavras) ao longo do mandato anterior deste mesmo órgão, aceitar, em regra, as propostas que são apresentadas, passa-se à sua discussão. E o que eu fiz, já agora, Sr. Diogo Machado, foi rigorosamente o contrário. Portanto Sr. Presidente da Mesa, o que eu fiz ao contrário do que diz o Sr. Diogo Machado, foi exactamente propôr o contrário. É que abreviávamos tempo se ela fosse à discussão. Aí fazia eu questão de intervir, o que ainda não fiz, sob a substância da mesma que entendo ultrapassar quer no seu conteúdo, quer no que propõe, os poderes que nos estão conferidos. E para que a bancada do PSD não volte aqui a trazer, para nos fazer perder tempo, propostas de boa vontade acredito, em substância de boas ideias pode ser, mas fazer-nos perder tempo com coisas que não são para serem trazidas desta maneira, entendia que seria melhor passarmos à discussão de fundo sobre o tema. Aí esclarecia-se concretamente que por exemplo a formação de um grupo de trabalho (e agora também adianto qualquer coisa nessa matéria) custa dinheiro ao erário público aveirense depauperado neste momento. Isso não significa que a ideia seja boa nem má . A segunda questão é a questão de quem é a competência para qualquer deliberação no sentido desta criação. Podemos escrever uns artigos para os jornais ou ir à própria reunião de Câmara.”

Presidente da Mesa:

“Penso que já entendemos. O que acontece é que eu entendi mal aquilo que o Deputado Diogo Machado entendeu, que a Deputada Virgínia Veiga tinha querido fazer-nos entender.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente desculpe, eu quero intervir acerca da última intervenção da Sr. Deputada Virgínia Veiga, que eu considero ofensiva da honra do PSD.”

Presidente da Mesa:

“Com essa solução regimental eu dou-lhe a palavra já. Mas já agora, em termos, eu entendo que a Dr. Virgínia Veiga, não tinha razão quando parece ter pretendido que se abrisse uma discussão, não deliberação, mas uma discussão. É porque essa discussão poderá ter cabimento noutra momento, até eventualmente ser agendado o tema para uma reunião da Assembleia Municipal, mas hoje aqui, em período de antes da ordem do dia, não ia haver discussão nenhuma com certeza.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado Sr. Presidente, eu lamento verificar que há da parte de alguns colegas desta Assembleia, a capacidade de determinar aquilo que um grupo parlamentar entende, como ser de interesse para o município, o município e esta Assembleia. Em outros tempos isto chamar-se-ia censura política, hoje em dia não sei bem o que é que se há-de chamar, não percebo os argumentos de vir aqui perder tempo com coisas que não têm interesse, se calhar interesse tem vir aqui discutir os “fait-divers” da política, talvez seja isso que interessa discutir nesta Assembleia. O grupo parlamentar do PSD nesta Assembleia, entende que, uma das formas de promover o município e promover a cidade e promover os cidadãos que aqui se encontram, é claramente garantir uma maior ligação do tecido social à ciência que aqui se faz e que se faz no resto do país e que se faz no mundo. É por esse motivo, que o grupo parlamentar do PSD traz esta proposta subscrita pelo líder da bancada, o Sr. Professor Britaldo Rodrigues. E por favor, não me venham falar de gastar dinheiro do erário público, porque isso nós teremos ocasião de verificar quando analisarmos a proposta de orçamento e a sua primeira revisão.”

Vogal Virgínia Veiga:

“Sr. Presidente em defesa da minha honra. Não fiz nem nunca faço censura, não utilizei palavras dessas (o resto da Assembleia percebeu, V. Ex.^a também) Queria apenas esclarecer que quando me referi às competências, referi-me a competências que não são definidas por mim, mas pela legislação administrativa em vigor, toda ela incluindo o Dec. Lei 100/84 e o regimento em vigor.”

Vogal Henrique Diz:

“Peço desculpa, eu tenho que pedir um esclarecimento à Sr.^a Deputada Virgínia Veiga, sobre se ela me ouviu dizer que eu tivesse dito, se eu disse, que a Sr. Deputada tinha empregue a palavra censura, por um lado. Segundo pedido de esclarecimento, que ela me diga que a legislação que invocou tão bem e que tão bem conhece, impede a discussão deste tema na Assembleia ou se ela considera que este tema não tem interesse para o município.”

Presidente da Mesa:

“Peço desculpa, mas a figura do pedido de esclarecimento... parece que ficou entendido que, a Dr. Virgínia Veiga, entendeu das palavras do ilustre colega coisas que o Sr. não disse e portanto, perguntar-lhe se ela o ouviu dizer coisas que o Sr. disse que não disse, penso que é chover no molhado.

Vamos passar a outra fase. Eu devo dizer que sem qualquer compromisso e depois de ouvida a Mesa e de ouvida a bancada do grupo partidário a que eu pertença, pondero a hipótese de vir a agendar este tema numa sessão da Assembleia, não exactamente em termos de debate, mas perfunctoriamente na perspectiva de um grupo de trabalho. Não estou a assumir nenhum compromisso estou a dizer que pondero essa hipótese.

Passando a uma outra proposta, que propõe um “Louvor ao Despacho da Reitoria da Universidade de Aveiro”, numa fase seguinte vou perguntar se alguém se opõe a este voto de louvor. Se quiser tecer algumas considerações sobre este tema .”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito simples. Só para dizer o seguinte, tem- se posto aqui a situação da Faculdade de Medicina, e que antes da ordem do dia recebeu de facto, votação e deliberação sobre essa matéria, e muito bem, e uma delas até fui o proponente, quero dizer que apontámos aqui para uma metodologia que eu creio que a Universidade está a seguir. Portanto, creio que esta total interacção entre nós e a universidade está a funcionar bem, houve sugestões que a Universidade acolheu - proposta de um grupo de trabalho e a preocupação pela área da saúde - isso parece-me muito importante. A seguir temos de seguir para os problemas da medicina, mas isso é outro ponto a seguir, mas nós aqui reconhecermos que algo de importante foi feito neste sector pela Universidade parece-me positivo fazê-lo.”

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Queria aproveitar para esclarecer o seguinte: eu não me oponho ao voto de louvor, mas acho que esta Assembleia deve estar ciente do contexto em que essa resolução foi tomada. Voltando um bocadinho atrás, na última Assembleia Municipal, a Câmara recebeu uma recomendação para que se constituísse um grupo de trabalho, tendo em vista aprofundar o estudo sobre a eventual constituição de uma faculdade de medicina. Esse grupo de trabalho foi constituído e foi na sequência de uma reunião desse grupo de trabalho que foi definida uma metodologia e que a Universidade informou, depois das conversas que tivemos nessa reunião, que a via seria essa de facto, a via a seguir de acordo com todos. Era só para que se tivesse em conta que esse voto de louvor deve ser estendido à própria Assembleia Municipal que desencadeou todo este processo e não apenas ao grupo de trabalho que o está a fazer, porque está a fazê-lo integrado no grupo de trabalho que esta própria Assembleia desencadeou.”

Presidente da Mesa:

“Vou consultar a Assembleia se se opõe que se delibere sobre este voto de louvor. Se houver objecções passamos adiante, se não houver objecções não se delibera sobre nada sem uma discussão mínima e é nesse sentido que eu interpreto a intervenção do Presidente da Câmara e que haverá também a intervenção do Deputado Diogo Machado. Portanto, alguém se opõe a que esta Assembleia no período de antes da ordem do dia delibere sobre este voto de louvor? Ninguém se opõe. Abro, portanto, uma brevíssima discussão sobre este voto de louvor, considerando que a intervenção do Presidente da Câmara já antecipou essa breve discussão.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, que muito me surpreende que não tivesse havido nem uma oposição a que esta Assembleia deliberasse agora sobre esta proposta do voto de louvor. Portanto, direi apenas, quanto ao sentido do voto que foi aqui consensualmente admitido e que esta Assembleia deliberará, eu me absterei. E exercerei esse direito de abstenção exactamente por comparação destas duas propostas. A primeira realmente válida, de futuro, realmente bondosa para esta cidade, para este concelho. A segunda, Sr. Presidente, porque exactamente pegando nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, o que se constata com este despacho da Universidade de Aveiro, que se louva, mas que não tem que se deliberar sobre ele, é que realmente esta Assembleia, em tempo próprio e em tempo útil assumiu as posições que a ela estão atribuídas. Ou seja, nós cumprimos, nomeadamente, o colega Britaldo Rodrigues, o colega Miguel Capão Filipe, todos nós nesta Assembleia assumimos colectivamente em tempo próprio, mais uma vez, friso porque é importante a posição correcta. Apraz-me louvar, não o despacho da universidade de Aveiro, apraz-me louvar a adesão da Universidade de Aveiro, finalmente a adesão da Universidade de Aveiro a uma proposta desta Assembleia. Folgo em ver que a Universidade de Aveiro e bem, de uma forma coerente com aquilo que ela própria tem vindo a desenvolver nos domínios que lhe são atribuídos, se integra em plena harmonia em plena interacção com aquilo que os órgãos políticos desta terra de vez em quando, por lampejos do destino resolvem atirar para a praça pública. A meu ver em bom tempo o fizemos, a meu ver devemos agradecer à Universidade de Aveiro a adesão àquela que foi uma proposta nossa. Não louvar o despacho, friso, sim louvar a adesão da Universidade de Aveiro (e muito obrigado Sr. Presidente da Câmara pelo enaltecimento das funções desta Assembleia que o Senhor justamente fez agora mesmo), mas pela adesão plena àquilo que realmente de bom esta Assembleia produziu neste mandato.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para chamar a atenção, que a proposta de deliberação que existe é de louvor à Universidade, pela iniciativa que teve em estudar os assuntos da forma como entendeu dever estudá-los. Segundo ponto, recomendar se me permite, que alguns dos caros colegas Deputados Municipais que estão aqui à volta, possam por favor recorrer a métodos cronológicos para verificar quem influencia quem. E já agora aproveitava a oportunidade para pedir a alguns dos colegas de outras bancadas, o favor, de não confundirem a minha presença aqui com a minha função de Professor Universitário, na medida que eu estou aqui não eleito pelos meus colegas de Universidade, mas eleito pelos munícipes de Aveiro e é nessas circunstâncias que eu tenho que responder, em conformidade com o mandato que me foi conferido e não em defesa da instituição para a qual neste momento trabalho.”

Presidente da Mesa:

“Não há mais inscritos. Vou pôr à votação esta proposta de louvor “Despacho 6-R/96” que é imanado da Reitoria da Universidade de Aveiro.”

Submetida à votação da Assembleia a proposta de louvor ao Despacho 6-R/98 da Reitoria da Universidade de Aveiro, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor (7PP+PSD11+PS10+1PCP) e quatro abstenções (2PP+2PS).

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, eu queria recorrer da decisão da Mesa de não admitir a proposta anterior.”

Presidente da Mesa:

“Só que não recorreu atempadamente, e está ultrapassado o problema. Não vou voltar atrás nesse ponto da ordem de trabalho. Desculpar-me-á, mas uma coisa que é apanágio da política é a oportunidade de intervenção.”

Vogal António Salavessa:

“Eu queria recorrer da sua decisão Sr. Presidente... A Assembleia é soberana Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Mais soberana que a Assembleia é o regimento. E a lógica é mais soberana que a Assembleia. Não é o problema de recorrer ao plenário é o momento de oportunidade. A menos que a Mesa queira admitir. A Mesa entende que esse recurso está ultrapassado porque já passámos a um ponto de debate posterior e subsequente.

Tenho aqui uma “Proposta de Recomendação” dos membros da bancada do PSD da Assembleia Municipal - propõem recomendar à Câmara Municipal de Aveiro a solução rápida e eficiente das situações expostas... Penso que isto não é uma proposta para a Assembleia recomendar, penso que é o próprio grupo do PSD que se propõe recomendar por si só à Câmara. Ao signatário Deputado Britaldo Rodrigues dou a palavra para se quiser fazer apenas uma sumula depois os serviços facultarão o texto integral ao Presidente da Câmara, se quiser fazer uma leitura integral com comentários, também o poderá fazer.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Foi um compromisso nosso durante a campanha eleitoral o que dissemos que era dar a voz aos Aveirenses. Nessa perspectiva temo-nos deslocado a várias freguesias para “in loco” ouvir as suas preocupações, a forma como vivem e desta forma credibilizar a política na medida que as promessas são para cumprir. Desta forma, visitando a freguesia de N.S.ª Fátima, verificamos alguns aspectos que nós destacamos e que recomendamos, de facto, à Câmara Municipal de Aveiro, para solucionar rapidamente as situações expostas. Não vou recitar todas porque este documento foi já entregue. E alguns deles, só os mais gritantes. Por exemplo, a falta de saneamento básico. Verificamos ligações directas dos esgotos às valas hidráulicas, portanto para as águas pluviais e que em grande parte correm a céu aberto, e então, resulta no Verão situações de cheiros nauseabundos, no Inverno às vezes há cheias e há casas que são invadidas pelas águas da chuva e por tudo aquilo que elas transportam, que são todos os esgotos domésticos. Verificamos outras situações complicadas como por exemplo; falta de respeito pelas populações, quando verificamos que a CP desactivou uma passagem de nível sem promover itinerário alternativo. Isto pode parecer uma coisa de menos importância, mas eu verifiquei pessoas com uma casa e que ficaram cortadas pela linha férrea de outra casa onde mora o filho e para chegar ao filho tem de percorrer cinco quilómetros porque agora não pode passar naquele local. E há casos mais curiosos. Há um poço naquela zona, que se chama a zona de Vessadas, e verifica-se que quando se quer ir ao poço se tem que andar cinco quilómetros ou então atravessa-se a linha de caminho de ferro com todos os riscos que estão inerentes a isso. Terá já vindo da anterior Câmara uma série de assinaturas, são muitas, que requerem uma solução para isto e também aqui

recomendaríamos que de facto a Câmara promovesse com urgência e executasse uma passagem superior ou subterrânea ou então exija que alguém colmate uma situação desta forma. Também vimos situações que é por exemplo algumas passagens superiores sobre linhas de caminho de ferro, na Póvoa do Valado, que não tem protecção de peões ou então tem uma pseudo-protecção de peões, que é uma coisa ainda pior. Também verificámos como certos monumentos como são as “mamoas” estão desprezadas e na verdade o valor arqueológico o valor atribuído pela região de Mamodeiro a essas zonas, enfim, verificámos que não havia grande cuidado por elas. Também verificámos um salão polivalente, construído há anos, que ainda não foi inspeccionado, isto conduz a um funcionamento precário com recurso a expedientes, por exemplo, para fornecimento de luz eléctrica, umas baixadas que se tiram de um certo sitio e curiosamente este salão não foi ainda inspeccionado e já está degradado em função das infiltrações de água. Houve grandes preocupações porque aparentemente os baldios não estão a ser devidamente utilizados e teme-se mesmo que venham a constituir terrenos que possam constituir especulação imobiliária. Também outra preocupação, verificou-se lá que há muita gente naquela população que não está recenseada, calculam mesmo em 25 por cento a população que não esteja recenseada. E nós que nos debatemos pela democracia talvez tenhamos de procurar outros meios diferentes, enfim, improvisar qualquer coisa para que isto não suceda. Outro caso é o aproveitamento indevido de lixeiras, como é o caso do barreiro da Póvoa do Valado - Costa do Valado. Tudo isto são situações, não me vou alongar. Distribuí este documento a todas as pessoas e depois de ter ouvido directamente os munícipes da freguesia de N. S.ª Fátima, penso que não podia deixar de trazer aqui e recomendar vivamente que estes assuntos sejam considerados pela Câmara Municipal.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, só uma interpelação de carácter formal, não quanto à proposta, apenas dirigida à Mesa e sem qualquer outro alcance, mas de qualquer maneira a oportunidade é esta. A proposta é apresentada em nome de uma bancada com uma assinatura. Obviamente, que presumiremos com a concordância dos demais, mas em termos de apresentação formal e de futuro, gostaria de saber qual é o entendimento da Mesa relativamente à subscrição de propostas.”

Presidente da Mesa:

“Eu julgo saber que o Deputado Britaldo Rodrigues é porta-voz da bancada do PSD. Foi nessa perspectiva que eu admiti só com uma assinatura, embora com uma invocação colectiva.”

Vogal Diogo Machado:

“Muito rapidamente para em tese subscrever a intervenção aqui proferida pelo meu colega Britaldo Rodrigues e pela bancada do PSD, permitindo-me apenas e para um melhor esclarecimento desta Assembleia, para uma eficaz actuação desta proposta ou desta recomendação junto do Executivo, porque é o Executivo que ela visa questionar o Sr. Deputado Municipal Britaldo Rodrigues sobre se quando se referiu a Vessadas se referiria a Vessada; se quando falou do Mamodeiro se queria referir a Mamodeiro; e se quando falou em Póvoa do Valado, Costa do Valado se acha que é no mesmo sítio. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, cada cavadela sua minhoca como diz o povo. Uma vez mais o Sr. Diogo Machado, nosso companheiro de Assembleia, enfim, extravasou aquilo que é minimamente ético no relacionamento entre as pessoas. E eu tenho então que usar a mesma terminologia para lhe dizer que não conhece o Concelho, não conhece a freguesia N. S.ª de Fátima, não conhece a lixeira do barreiro dito e muito bem, Póvoa do Valado - Costa do Valado. Porque está em situado em duas freguesias e em dois lugares de duas freguesias.”

Presidente da Mesa:

“Considero encerrado este ponto. Desculpar-me-ão, mas cada Sessão da Assembleia Municipal custa ao erário municipal a módica quantia de duzentos e cinquenta contos e se eu abuso, tenho pelo menos obrigação de fiscalizar que os outros não abusem. Se não passa a ser um abuso generalizado com prejuízo colectivo.”

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente, utilizando terminologia por si utilizada na Sessão de ontem, “eu estou-me nas tintas” para quanto custa cada Sessão. Certamente, Sr. Presidente, que aqui estamos discutindo aquilo que entendemos por bem discutir. Se daqui a quatro anos acharem que o que discutimos foi improfícuo e inútil, certamente que daqui a quatro anos não estaremos aqui se alguns de nós forem candidatos. Portanto, não é sequer altura, creio eu, para pormos a discussão nessa base.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, mais uma vez dizer, ao orador que me antecedeu (e não vou citar nomes para não dar direito à defesa da honra) que não lhe admito, já o disse no mandato anterior volto a repetir, que me dê lições de cidadania, nem de aveirismo, nem conhecer ou desconhecer. Cada um conhece o que conhece e eu conheço o que conheço. Aquilo que eu perguntei era se Vessadas era o mesmo que Vessada, se do Mamoadeiro queria dizer o mesmo que de Mamodeiro e exactamente que aquilo que eu quis que o Sr. Britaldo Rodrigues me respondesse foi se se estavam a referir ao barreiro da Póvoa do Valado - Costa do Valado. Pressurosamente, até, como é seu apanágio de alto gabarito, o orador que me antecedeu antecipou-se na resposta. Considero-me esclarecido Sr. Presidente, e através de si protesto contra determinadas classificações de intervenções, como foi o caso, menos éticas, próprias, etc. Cada um de nós e termino, tem o direito de fazer as intervenções que considera oportunas, cabais, e que atinjam determinados tipos de objectivos. Por mais Presidente de Junta que se seja, por mais vogal desta Assembleia que se pretenda ser, não se pode nem numa nem noutra condição qualificar-se e adjectivar-se intervenções de outros colegas desta Assembleia.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Foram apresentadas uma série de preocupações que alguns Deputados e Vereadores deste Município visitaram “in loco”, que são preocupações de uma freguesia que foi governada pelo CDS/PP durante muitos anos e lastimo que o comentário vindo do CDS/PP, fosse este que nós acabamos de assistir.”

Presidente da Mesa:

“Só vou dizer o seguinte: essa observação sobre o custo de cada sessão foi-me traduzida aqui por escrito por um membro da sua bancada, não foi de invenção minha. Eu acho que a democracia tem que ter o seu preço, só que não se pode desbaratar o dito erário público. Esta Assembleia há-de decorrer com liberdade e sem excesso de

classicismo, mas sem ofensas injuriosas ou difamatórias ou agressivas para ninguém. Uma outra proposta de recomendação à Câmara Municipal de Aveiro, propõe-se em suma que a Assembleia Municipal decida recomendar à Câmara Municipal o seguinte: Implica uma deliberação que tem a ver com a problemática das instalações desportivas e da candidatura de Aveiro como cidade sede do Europeu de futebol do ano de 2004. Não estou a ser preciso nem exaustivo, isto é só para lembrar o tema. É uma proposta da bancada do PP. Para sumariar o texto dou a palavra a um dos subscritores. A segunda fase é essa, se passamos à deliberação nos mesmos moldes anteriores.”

Vogal Capão Filipe:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. O documento já teve ocasião de ter sido lido ontem e o seu conteúdo é explícito. De qualquer dos modos aproveitava a oportunidade para tecer algumas considerações. O desporto de um modo geral divide-se no desporto recreativo, o dito amador, que nos é querido a todos, sobretudo, porque constitui o grande objectivo para demonstrar aos jovens que a vida não é uma droga, isto é, o desporto amador e o desporto recreativo é a promoção da saúde e da nossa própria juventude e por outro lado, divide-se no desporto de alto rendimento o denominado desporto de competição. E um e outro tem de coexistir, isto é, para ocorrer, o desporto recreativo os nossos jovens têm de ter o objectivo de fazerem uma progressão e terem os seus próprios heróis de referência, para que os resultados desportivos possam fazê-los caminhar para o desporto de alto rendimento, de alta competição. Por outro lado, o desporto de alta competição hoje em dia é uma das capacidades de afirmar-mos a nossa região e designadamente afirmarmos a nossa cidade. Felizmente que estamos a regressar à antiguidade clássica, que como nós sabemos, os Gregos quando queriam fazer uma guerra entre duas tribos, em vez de realizarem essa mesma guerra, metiam o melhor representante de cada tribo a fazer por exemplo a maratona e ganharia quem chegasse em primeiro lugar em termos de maratona. Hoje em dia, o fenómeno desportivo de alta competição, é um ritual das nossas sociedades de nos afirmarmos e no fim de contas para competir, seja com cidades vizinhas, seja a nível nacional, para nos impormos a nível internacional. A nossa capacidade de dissuasão já não é andarmos à canada, já não é, eventualmente, tentarmos no mercado negro da união soviética arranjar uma bomba nuclear em segunda mão, mas é facto, arranjar uma nuclearmente as nossas equipas desportivas de alta competição e Aveiro, felizmente, está a atravessar uma fase em termos de afirmação de alta competição, em diferentes tipos de desportos, brilhante. Veja-se o S. Bernardo, veja-se o Beira Mar, veja-se o Aveiro Basket, veja-se o remo do Clube dos Galitos, veja-se o atletismo com as lançadoras, etc. Só que o fenómeno de alta competição já não pode ser encarado em cima do joelho, não pode ser encarado de ânimo leve, isto é, nem pode basear-se em subsídios agudos nem no fenómeno do ping-pong, que um ano está ping no outro está pong, mas tem que basear-se sobre tudo em duas grandes premissas, em infra-estruturas compatíveis com o prosseguir do fenómeno desportivo de alta competição e sobretudo em apostas de viabilidade financeira a médio e a longo prazo. Por consequência temos que recorrer a todos os meios para alcançarmos as infra-estruturas que o desporto aveirense de alta competição merece e uma maneira de iniciar determinado tipo de dotação de infra-estruturas poderá ser perfeitamente e já com tempo, um grupo de trabalho que faça uma candidatura credível e merecida ao presumível Europeu de futebol de 2004. De referir que a grandeza dos clubes é proporcional à grandeza das terras e dos cidadãos que a servem. E por consequência nos queremos clubes grandes para Aveiro grande. Um outro aparte, foi ontem aqui referido, eu concordo que haja pessoas que nos tentem humilhar, a nós Aveirenses e a

Aveiro, que nos tentem gozar fora da nossa própria casa e ontem eu penso que fomos gozados dentro da nossa própria casa. Houve um Senhor Deputado que publicamente regozijou-se pela vitória do Académica. Eu pretendia dizer e pretendia fazê-lo publicamente, que estou empenhado que a Académica desça de divisão, e se possível se coloque na terceira divisão porque a Académica na terceira divisão é provavelmente o clube que Coimbra merece e justifique. E por consequência gozem connosco, mas não na nossa própria casa como aconteceu aqui ontem.”

Presidente da Mesa:

“Isto foi a parte de exposição, agora vamos para a parte de deliberação. Se houver consenso em se deliberar abro debate sobre a deliberação. Ouviram o Deputado Capão Filipe, o texto tem uma parte de considerandos e depois tem uma parte deliberativa, de proposta. Vou por à votação, alguém se opõe? Há uma objecção. Portanto ficamos pela exposição da tese. Vou passar à fase seguinte.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, desejava que o Sr. Presidente me informasse de quais são os critérios que presidem à discussão de um tema antes da ordem do dia. Porque eu estou a ficar um pouco baralhado. Então, basta que um deputado municipal se oponha aos restantes (na opinião do Sr. Presidente) acerca da discussão de um tema e o Sr. Presidente entende que não se pode discutir?”

Presidente da Mesa:

“Em matéria deliberativa sim, porque é o que estabelece o regimento. E mesmo sem ninguém a discordar é de duvidosa legalidade que se possa deliberar, antes da ordem do dia.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu só queria saber quais eram os critérios que o Sr. Presidente estava a utilizar.”

Presidente da Mesa:

“São estes.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, se me permite, deixe-me lavrar um voto de protesto em nome da bancada do PSD, relativamente ao facto de ser possível aprovar determinadas propostas antes da ordem do dia e não ser possível aprovar outras. Não creio que esta atitude de parte da Mesa da Assembleia, represente a forma mais adequada de exercer a democracia aqui dentro. Foram apresentadas propostas de interesse do município e dos municípios nesta Assembleia no período de antes da ordem do dia. Essas propostas não puderam ser discutidas porque tiveram oposição em cada uma delas de um membro desta Assembleia. Foi apresentada uma proposta, que o Sr. Presidente da Câmara teve o cuidado de aplaudir no início e de chamar a atenção para com ela se louvar também a Assembleia e essa proposta foi discutida. Deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente, que me parece que há algo de errado no entendimento que nós estamos a fazer acerca do que é importante para a cidade de Aveiro, no presente e no futuro. Daí, que eu lavre este protesto.”

Presidente da Mesa:

“Protesto lavrado, é capaz de ter razão, mas não é culpa minha. O juiz deste problema é a própria Assembleia ou então juiz supremo o regimento. Só que o artigo 49.º é muito claro. Para ultrapassar a limitação e a proibição regimental faço-o para não haver excesso de legalismo. Faço-o desde que não haja oposição de ninguém desta Assembleia. Havendo, não posso ultrapassar embora possa discordar das oposições que possa haver. Houve uma oposição do Deputado Custódio Ramos.”

Vogal Custódio Ramos:

“O que eu entendo é o seguinte: o artigo 49.º do regimento, de facto, proíbe que se tomem deliberações. Mas é preciso saber aqui o que é que são deliberações, para efeitos do artigo 49.º. Eu pessoalmente (podem discordar de mim mas eu tenho a minha interpretação) entendo, no âmbito do artigo 49.º, é o que possa tornar um acto definitivo, executório desta Assembleia que tenha efeitos externos que promova, que obrigue pessoas. E, efectivamente, um voto de louvor (eu estou a explicar a minha interpretação pessoal) um voto de louvor ou um voto de pesar ou outro tipo de moções de um órgão deliberativo como este, não acarreta despesas, não define deveres nem obrigações nem direitos de ninguém nem despesas para a autarquia nem para nada disso. Então, significa que a Assembleia tem apenas que se exprimir, se concorda o não com determinado voto com determinado sentido, e só se exprime, efectivamente, ou é tacitamente porque está no silêncio, toda a gente concorda ou porque vota mesmo, exprime mesmo. Só há maneira de saber se a Assembleia tem este ou aquele sentido votando. Ou seja, o conceito de deliberação que aqui não está explícito, poderia eventualmente ser explicitado a requerimento desta Assembleia pela Mesa, que é um dos artigos finais, compete à Mesa esclarecer, interpretar dúvidas, lacunas do regimento e este regimento tem esta lacuna. Ninguém requereu até este momento este esclarecimento. Estou a dar a minha opinião pessoal. De forma que, requerimentos ou propostas do género daquela que manda criar, diligências, grupos de trabalho, no ano de 2004 haja cá um campo desportivo em condições do género desse que o Sr. Deputado propôs, outros que diziam para a Assembleia Municipal repudiar a lei da regionalização, era uma tomada de posição vinculativa de um órgão deliberativo que esta Assembleia não pode tomar em sede de período de antes da ordem do dia. Ou seja o conceito deliberação que eu tenho é neste sentido: as Assembleias quando decidem algo, tal como a Câmara Municipal que é um órgão colegial pela Lei 100/84, quando decide algo, decide pela via da deliberação. A minha opinião pessoal é que tudo o que seja deliberar, no sentido de decidir, implicar direitos, criar deveres, etc. Obviamente, que, em período de antes da ordem do dia não é possível, é vedado por este regimento. Claro que exprimir sentidos, maneiras de estar, de pensar, etc. como é o caso do voto, é absolutamente possível porque não é uma deliberação no sentido técnico ou jurídico do termo. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu gostava de ser esclarecido se o membro da Mesa Sr. Custódio Ramos entende que a decisão tomada nesta Assembleia no período de antes da ordem do dia, sobre a criação de um grupo de trabalho tendente à criação de uma faculdade de medicina, foi legal ou não foi legal. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Eu entendo que foi legal por ter havido uma passividade e um consentimento tácito da Assembleia. Portanto a aceitação tácita da ultrapassagem da limitação regimental.

Apreiei muito esta intervenção, esta perspectiva do Deputado Custódio Ramos, da interpretação jurídica ou administrativa do que sejam deliberações (é muito respeitável), é capaz de ser o que cá está, para mim está cá mais do que isso. Deliberações são deliberações seja qual for o seu conteúdo. Só que a propósito de um voto de pesar ou de um voto de louvor pode formar-se (da formação de um grupo de estudos sobre a criação da faculdade de medicina), um consenso, uma posição passiva, tácita, de deixar passar a aparente irregularidade. Como estamos em revisão do regimento será interessante, porventura, destringir quais deliberações que se podem tomar antes da ordem do dia.”

Vogal Custódio Ramos:

“Permitam-me que repita que eu dei um esclarecimento pessoal. Portanto, não vincula o Dr. Candal, não vincula a Mesa. Agora, respondendo ao Sr. Deputado Henrique Diz, quero dizer-lhe que no dia em que isso foi aprovado eu não presidi à Mesa, mas fiz parte da Mesa. De qualquer forma, devo dizer-lhe que o grupo de trabalho era no seio da Câmara, onde tem pessoas a tempo inteiro, pagas pelo município, e não arcava com qualquer responsabilidade desta Assembleia. Desculpe, era uma mera recomendação ao Executivo e tudo o que lá se ia tratar e está a tratar não é uma comissão no seio desta Assembleia era uma comissão no seio da Câmara, era diferente.”

Vogal António Salavessa:

“Queria que a Mesa me explicasse como é que se aprova uma moção nesta Assembleia, sobre qualquer assunto de interesse, com que se proponha a criação de grupo de trabalho. Como é que se faz?”

Presidente da Mesa:

“Se for no período de antes da ordem do dia e houver uma deliberação tem que ser consentida tacitamente sem qualquer discordância pelo plenário.”

Vogal António Salavessa:

“Voltamos à mesma questão Sr. Presidente. Uma pessoa pode inviabilizar? Pode. Qual é a atitude da Mesa em relação a isso. Acha isso normal?”

Presidente da Mesa:

“O Sr. Deputado compreenderá que aqui o ser um ou ser um grupo não tem significado, pelo próprio estatuto de V. Ex.^a. Qualquer membro desta Assembleia tem a plenitude dos direitos de Deputado parlamentar, seja um ou seja por equipa e, portanto, se alguém diz isso é ilegal (e se objectivamente for), prevalece essa oposição, possa ser ela censurável, descabida, etc. mas é assim. O Sr. Deputado pertence ao grupo de alteração do regimento, fará o favor de o melhorar e tem boa capacidade e imaginação para isso.”

Vogal Diogo Machado:

Sr. Presidente, já que estamos a ser legalistas, em primeiro lugar dizer que o Sr. Deputado Custódio Ramos, já uma vez lhe chamei à atenção, exerceu duas intervenções na discussão deste assunto e permanece sentado no seu lugar da Mesa. Se vamos interpretar o regimento como ele deve ser interpretado o Sr. Custódio Ramos devia estar sentado na sua bancada. Em segundo lugar, eu gostava de lhe perguntar também a si Sr. Custódio Ramos (e para mim é perfeitamente indiferente, que o Sr. esteja sentado aí ou na sua bancada onde deveria estar) porque é que com tanto rigorismo

legalista, com tanta interpretação tão isenta de subjectividades, o Sr. não teceu a mesma intervenção aquando da proposta de criação de um grupo de trabalho para o estudo, acompanhamento e desenvolvimento da Academia das Ciências, essa sim uma proposta de louvar e se manteve calado e citou aqui na sua intervenção exercida da Mesa da Assembleia, donde nunca devia ter sido exercida, duas propostas do PP, a da regionalização que nem sequer devia aqui ser citada, porque já está adiada para quando o Sr. Presidente e a Mesa entenderem de direito discutir-se. E em segundo lugar Sr. Custódio Ramos, esta, da recomendação à Câmara, que é o que está escrito, que faça todos os esforços ou o que entender, na criação ou na candidatura de Aveiro, a cidade sede do Europeu de futebol 2004.”

Presidente da Mesa:

“Penso que para terminar, há o voto sobre o agraciamento de Aveiro com a Ordem da Liberdade, apresentada pela bancada do PS, os pressupostos e considerandos penso já estão lidos e ouvidos. Portanto, resta a parte deliberativa e o esquema é sempre o mesmo: alguém se opõe a que esta decisão possa ser tomada no período de antes da ordem do dia, pelo plenário da Assembleia Municipal de Aveiro? Uma oposição. Sim senhor, não vai ser discutida.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de o informar que no mandato anterior, depois da Câmara homenagear o barrista José Augusto, propusemos nesta Assembleia agraciar o mesmo com a medalha da Cidade. Foi aceite e garantido que seria feito o agraciamento este ano. Nesta conformidade chamávamos à atenção de V.Ex.^a, para que no próximo dia doze de Maio, o barrista José Augusto não venha a ser esquecido. Não pudemos esquecer que é o maior barrista de Aveiro e que é já uma referência nacional.”

Presidente da Mesa:

“Meus Senhores dou por terminado o período de antes da ordem do dia e passamos à ordem do dia, com esta consideração prévia: a mudança da ordem do dia tem que ser submetida à apreciação da Assembleia, depois de apresentada a convocatória para uma sessão com determinada ordem de trabalhos, penso que a Mesa e Presidência deixa de ter poder para alterar a ordem dos trabalhos. Eu permiti-me fazer esta alteração por duas ordens de razões: primeiro, porque suprimir um ponto da ordem de trabalhos não constitui verdadeiramente alteração, pelo contrário, é preciso que as pessoas saibam de antemão e que fiquem advertidas para não terem que se preparar ou não terem que alterar o seu horário para virem aqui discutir um tema que afinal foi suprimido da ordem de trabalhos. Esta alteração que houve é de ordenamento, porque a Câmara entendeu que era mais lógico debater o ponto x antes do ponto y, não vou concretizar. A verdade é que peço-vos que não percam tempo a discutir se é mais lógico o ponto um passar a três e o três a dois. Quanto a esta alteração da ordem de trabalhos já lhes dei a minha explicação e justificação, de todo o modo, se houver alguma ideia que reuna algum volume nesta Câmara sobre a impossibilidade de isso ser feito pela Mesa, reservar essa alteração para o próprio plenário sobre a ordem de trabalhos primitiva, acatarei naturalmente essa perspectiva.”

Vogal António Salavessa:

“Primeira questão. Desde que seja atempadamente comunicado a alteração da ordem por parte da Mesa, penso que essa questão é, no meu entender, pacífica e desde que nos

prazos previstos tenhamos acesso à documentação correspondente a essa alteração, isso para mim é perfeitamente pacífico. Só em casos extraordinários, em que isso não tenha acontecido, é que o plenário terá que ser consultado nessa matéria.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para que a Mesa me dissesse que é que se passa com o número quatro do artigo referente ao período de antes da ordem, isto é, houve vários membros da Assembleia que colocaram questões, terminadas as intervenções cabe o tempo de resposta do Sr. Presidente da Câmara. Eu aguardo resposta de várias questões.”

Presidente da Mesa:

“Tem toda a razão formal. A minha ideia seria aglutinar essa intervenção que está pendurada (passo o calão) com a intervenção do Presidente. Mas em bom rigor há dois momentos e o Presidente ainda deve falar no período de antes da ordem do dia. Se quiser remeter-se para a sua intervenção do ponto número um da ordem do dia também o poderá fazer. Antes disso, queria informar que foi circulada aí uma fotocópia da Lei n.º 12/98, sobre o regime de incompatibilidades e impedimentos dos autarcas, isto foi uma fotocópia de iniciativa do Secretário da Mesa Sr. Custódio Ramos, mas que tem o “agreement” material da Mesa .”

Segundo Secretário da Mesa Custódio Ramos:

“É o seguinte: quando na reunião de treze de Fevereiro o Sr. António Salavessa, interveio, questionando a Mesa sobre o registo de interesses, eu respondi-lhe na altura que a Assembleia da República estava a discutir uma nova lei sobre esse tema e que nós estávamos a aguardar, etc., e ele colocou-nos na Mesa um diploma que disse “tínhamos ali o texto podíamos resolver e tomar posição já sobre o tema”. Esse diploma pode induzir em erro as pessoas porque está transcrito na acta que já aprovámos, que é a acta n.º 2 , páginas quatro e cinco, e claro que o diploma proposto pelo Sr. Salavessa não é igual ao que veio a ser publicado no Diário da República. Eu tomei esta iniciativa com o “agreement” da Mesa, não para afrontar o Sr. Salavessa, mas para esclarecimento das pessoas que efectivamente, se fossem a orientar-se pela acta estariam a ser induzidas em erro. Portanto, não há aqui intenção nenhuma da minha parte em criar pequena trica com o Sr. Salavessa.”

Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente da Câmara, se quiser ainda em termos de período de antes da ordem do dia intervir, abordando todos ou alguns dos temas que os membros da Assembleia afluíram, uns em termos verbais, outros por escrito, dou-lhe a palavra.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho, de facto, algumas observações a fazer em relação aquelas que foram produzidas no período de antes da ordem do dia, mas se ainda vamos falar sobre ordem de trabalhos, eu talvez preferisse concentrar tudo de uma vez e falar a seguir à definição da ordem de trabalhos.”

Presidente da Mesa:

“Entendido. Vamos então passar à ordem de trabalhos. Considerandos prévios sobre a ordem de trabalhos, façam favor.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Na verdade, olhando para estes pontos da ordem de trabalho, a observação que eu tenho a fazer não é uma perspectiva apenas lógica é uma perspectiva até de eficiência da própria reunião. Quando nós temos no ponto três, Plano de Actividades e Orçamento - 1.ª revisão, estão lá inseridos uma série de aspectos como sejam, os empréstimos, o arrendamento e aquisição dos armazéns gerais, alienação de bens, aquisição do teatro aveirense. Naturalmente, que isto tem de estar espelhado nesta revisão de actividades e orçamento. Sendo assim, é capaz de ao começarmos a discutir este ponto três, começarmos simultaneamente a enredarmos por todos os outros pontos e quando chegarmos a eles irmos ter outra vez repetições e além disso não sei se é coerente. Vamos admitir, que no plano de actividades e orçamento o aprovamos e estão incluídos aspectos que dizem respeito ao ponto 4,5,6 e 7, depois, se por acaso não concordarmos com este ponto já não podemos voltar atrás. Creio que há aqui, de facto, falta de lógica nesta ordenação e em segundo lugar talvez conduza a irmos despende muito tempo e a irmos referir duas vezes os mesmos assuntos. É por isso que eu propunha que os pontos 3,4,5,6 e 7, passassem a ter ordem exactamente inversa.”

Presidente da Mesa:

“Por estranho que pareça, a argumentação que levou à alteração da ordem de trabalhos era exactamente essa, mas ao contrário. Não se pode a estar a discutir pontos subsequentes sem aprovação da 1ª revisão do plano de actividades e orçamento. Mas como o pai da criança é o Presidente da Câmara, passo a palavra ao presidente da Câmara.”

Presidente da Câmara:

“Eu confesso que tinha alinhado as coisas na ordem que sugeri. Depois, porque me pareceu que seria mais lógico, uma vez que não faria sentido estar a aprovar determinadas operações que têm de ser baseadas numa revisão do plano, estar a fazer isso depois. No caso, eu estou perfeitamente aberto a avançarmos os trabalhos na ordem que preferirem. Bem vistas as coisas acaba por ser indiferente.”

Vogal António Salavessa:

“Permita-me neste caso discordar e apoiar a proposta que foi avançada da alteração da ordem de trabalhos. É impossível deliberar-se sobre a aquisição do teatro aveirense se essa questão não consta no plano de actividades, mas por acaso penso que já consta naquele que está em vigor. Não podemos tomar nenhuma deliberação que não tenha cobertura num plano de actividades e num orçamento aprovado.”

Presidente da Mesa:

“Isto é o problema de saber o que é que nasceu primeiro, se foi o ovo se foi a galinha. Não vamos prosseguir esta discussão. Vamos manter esta ordem de trabalhos. Com esta concordância prévia, passando a aprovação do ponto três, poder vir a ser prejudicada por qualquer dos pontos 4,5,6 e 7, com este condicionamento. Eu próprio procurarei gerir sem a criação de impasses. Portanto, se não houver objecções dou a palavra ao Presidente da Câmara sobre o ponto n.º 1 desta agenda de trabalhos, ficando o problema do acerto dos pontos a partir do n.º 3, para a reunião em que se tornar urgente acertar qual é a ordem dos temas.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou então por começar a responder algumas das questões que foram suscitadas no período de antes da ordem do dia, que eu ainda não tive oportunidade de responder. Gostaria de começar pela observação do Sr. António Salavessa, no que respeita à fábrica da Pinheira. Porque é que a fábrica da Pinheira não vai ser vendida. A razão é simples, nós fizemos as contas quanto é que poderia valer agora a fábrica da Pinheira e chegamos à conclusão que seria um mau negócio para a Câmara. A melhor solução que temos neste momento em vista, é aprovar um plano de pormenor para aquela zona que vá alterar o tipo de construção que ali pode ser feita na área envolvente, que venha a permitir, de facto, um dia mais tarde, vender a fábrica da Pinheira em condições de rentabilidade. Vendida agora, com área de construção que permite, teria como consequência que iríamos receber menos agora do que aquilo que pagamos por ela na altura e, portanto, seria um péssimo negócio para a Câmara e que eu depois de ter feito os cálculos com os nossos técnicos, me recuso a fazer.

Em relação à renovação do estádio do Beira Mar. Eu gostaria de distinguir dois tipos de reparações. Se tudo correr bem (e parece que as coisas estão bem encaminhadas) e o Beira Mar subir à 1.ª divisão, o estádio municipal terá que ser objecto de pequenas reparações que o coloquem com condições de dignidade de funcionalidade e de conforto adequadas a receber a 1ª divisão, esse é um cenário. O segundo cenário, mais ambicioso e mais longínquo e menos certo, de eventualmente, Portugal vir a ser palco, sede, do campeonato da Europa de 2004 e de Aveiro ser candidata a uma das sedes, eu devo dizer que já em conversa com o Dr. Madaíl o lembrei para essa possibilidade, aí o cenário será outro e logo que tivermos um lamiré, é uma hipótese a ponderar, encetaremos outro tipo de diligências que podem passar ou por uma renovação do estádio actual ou pela construção de um novo estádio. Os estudos já existem, como sabem, quanto à respectiva localização. Terceira observação que retive aqui e que vale a pena comentar é quanto à casa do Parque no topo da rua Sousa Pizarro com a Avenida Central. A casa estava legal, tem estado legal sempre, nunca esteve embargada pelo prof. Celso, nem nunca foi desembargada por mim. É preciso que isto fique claro porque a certa altura as obras pararam, tornaram a andar e houve para aí alguns equívocos. O proprietário estava a cumprir todas as regras, não obstante, foi possível chegar a um acordo com ele no sentido de efectuar uma redução na parte da casa que confina com a Avenida Central de forma a que o alinhamento futuro seja feito em condições urbanísticas melhores do que aquelas que agora ali se desenham. A novidade é há acordo, a casa irá ser de facto reduzida e penso que será bom para o futuro da harmonia arquitectónica da cidade.

Quanto ao PROCOM. Começou cheio de entusiasmo, arrefeceu um bocadinho o entusiasmo porque demoraram as candidaturas dos comerciantes e houve alguma dificuldade do relacionamento entre as diferentes entidades que estão envolvidas no PROCOM. Esta Câmara tem tido uma particular atenção com o PROCOM, em especial desde que o Dr. Vítor Marques está com essa responsabilidade, a Câmara não se sente nada atrasada no cumprimento da sua parte, pelo contrário, a haver atrasos de alguém é nas candidaturas dos comerciantes, porque essas têm prazos para ser apresentadas e a Câmara não, nós temos outra flexibilidade. Seleccionámos aqueles projectos que nos pareceram mais importantes e marcantes para os próprios comerciantes perceberem que há uma atitude política da Câmara em apoiar o pequeno comércio, iremos proceder à pedonização de algumas ruas: a rua Direita logo que terminem as obras que impedem que essa pedonização se faça; vamos pedonizar, também, a praça 14 de Julho; vamos criar uma área de intervenção nova no Manuel

Firmino para que seja devidamente revitalizado; estamos a avançar com os parques de estacionamento subterrâneo, muito bem localizados, e esperamos abrir concurso para concessão de dois parques subterrâneos um por baixo da Praça Marquês de Pombal e só ainda não abriu porque estamos à espera de saber se podemos ter livre o terreno em frente ao “paga pouco”, o que duplicaria a capacidade desse parque; outro em frente à Fábrica Campos, um sítio em que cada vez que há congressos já não há lugar para estacionar, em frente ao tal lago artificial navegável, que vamos criar e que vai constituir um pólo de atracção muito grande. Portanto, esses dois parques de estacionamento, pensamos, que os concursos serão lançados nos próximos meses. Há portanto, todo um conjunto de medidas que se relacionam com a revitalização do comércio em Aveiro e que são medidas da responsabilidade da Câmara. Essas nós estamos a fazê-las, esperamos que os comerciantes também consigam pela parte deles apresentar as candidaturas a tempo. Dos perigos do IP5 e da EN109, logo na primeira semana tive oportunidade de falar com o Ministro João Cravinho e manifestar-lhe a enorme preocupação, revolta e indignação que todos nós sentimos quando lemos nos jornais mais um desastre na IP5, está prometido e nalguns troços as obras já começaram a duplicação do IP5. Quanto ao IC1, temos a promessa de que a obra será lançada até ao fim do ano. Estamos atentos e estamos disponíveis para fazer coro e fazer grupo com todos os autarcas e políticos da região que queiram movimentar-se no sentido de pressionar o governo nesse sentido. Acho que são obras fundamentais, estão atrasadas, e temos assistido na sucessiva previsão da rede viária nacional a atribuição de prioridades a outras estradas, quando nós estávamos à espera há muitos anos. Quanto à exposição do Senhor Sargento Abreu, o que lhe posso dizer é que também partilho da sua preocupação, eu não moro em Eixo, mas imagino que morar em Eixo, do ponto de vista da segurança, a avaliar pelas velocidades que ali se praticam, numa estrada que tem características de passagem e que não deveria ter, deve de facto ser uma preocupação permanente e um anseio antigo. O que posso dizer é que o traçado do Eixo Estruturante que temos neste momento desenvolvido vai até ao IC1, e portanto, ainda não abrange a zona de Eixo, e que naturalmente, a Junta de Freguesia e todas as pessoas interessadas e envolvidas serão ouvidas quando for delimitado o traçado seguinte. Penso que vai beneficiar muito Eixo, porque todo o tráfego que se faz por Eixo, para Águeda nomeadamente, passará a ser feito pelo Eixo Estruturante. Portanto, as expectativas são boas, é obra de absoluta prioridade neste Executivo, estamos a trabalhar a todo vapor nessa obra e, portanto, tenhamos esperança de que os anos que teve de esperar possam agora ser reduzidos. Bom, penso que respondi ao essencial das observações que foram feitas, se me esqueci de alguma estejam à vontade para o recordar.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, não vou questionar a alteração da ordem de trabalhos, nunca o faria entendendo que isso é da responsabilidade do Executivo, não quero ser acusado, nem nós queremos ser acusados de interferir no normal funcionamento deste órgão. O Sr. Presidente, referiu-se aqui a um negócio lastimoso para a Câmara ou que seria ruinoso para a Câmara, que o Senhor se recusava fazer. O Sr. chegou a essa conclusão hoje ou na semana passada, mas hoje dia 29 de Abril de 1998, eu gostaria de recordar-lhe Sr. Presidente, (porque no pouco que aprendi, nós em política não podemos ter memória curta) que no dia 13-02-98, nomeadamente, na acta n.º2 desta Assembleia Municipal, na sua comunicação o Sr. Presidente dizia que a situação financeira da Câmara era pior do que esperava encontrar, mas que não obstante a esta situação financeira e passo a citar «vamos tentar não ficar coarctados por ela e a seu tempo

serão propostas a esta Câmara as medidas tendentes ao respectivo saneamento financeiro...» obviamente, que o Sr. Presidente dirá: as medidas não estavam quantificadas, nem qualificadas, nem dizia quais eram. Mas mais à frente na discussão relativamente ao ponto n.º1 que era a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente em resposta a réplicas exercidas por membros desta Assembleia dizia: “ eu penso que a recuperação financeira da Câmara poderá passar por uma série de componentes, contracção de empréstimo, alienação de algum património (alguém lembrava e bem que a Câmara tem património - foi eu), mas lembro que a Câmara não tem muito, acho que nunca teve tão pouco, porque foi tudo sendo vendido, mas lembrei-me de vender o terreno da Pinheira”. O Sr. Presidente, lembrou-se no dia 13-02-98, de vender o terreno da Pinheira, ideia luminosa! E vem a esta Assembleia dizer “meus Senhores, isto é calamitoso, isto é pior do que aquilo que eu esperava encontrar” mas eu, Presidente da câmara, lembrei-me, coisa que nunca tinha sido equacionada antes de vender o terreno da Pinheira e mais qualquer coisa que junto poderá render uns 500 mil contos. Está na acta Sr. Presidente. “lembrei-me de vender o edifício da pinheira” que ali estava encravado e nunca ninguém tinha tomado uma decisão sobre isso. Aí estão duas novas fontes de receita (não citei a outra mas não vamos perder tempo com isso) que podemos aproveitar e que podem render, se tudo correr bem, independentemente das negociações, pelo menos 500 mil contos”. Ora bem, onde é que eu quero chegar com isto? É que em 13-02-98, um acto político de sucesso perpetrado pelo Sr. Presidente da Câmara, escarrapachado - em linguagem aveirense- em todas as manchetes dos órgãos de comunicação social aveirense e nacional, dívida da Câmara de Aveiro é maior do que eu pensava, mas eu lembrei-me de vender a Pinheira. Tudo bem, Sr. Presidente da Câmara. Ainda há pouco começou e já se lembrou de vender a Pinheira, nunca ninguém se tinha lembrado disso! Hoje, dia 29 de Abril, o Sr. Presidente da Câmara vem aqui dizer: meus Senhores retirei, é um negócio ruinoso, desastroso para o município, eu nunca autorizaria porque fiz as contas com os técnicos. Hoje, dia 29 de Abril, acto político falhado, porque é uma contradição clara do Sr. Presidente da Câmara, é uma demonstração clara de uma precipitação, mais que uma precipitação, é uma tentativa de fazer um brilharete político que se impunha se calhar na altura, emendado agora, numa tentativa de fazer o segundo brilharete político. Mas nós estamos atentos Sr. Presidente, o Sr. disse que se lembrou daquilo que ninguém se tinha lembrado. Se calhar, nunca ninguém se lembrou. Não é bem assim. Se calhar as pessoas tinham consciência daquilo que queriam para ali. E, lembro que já em tempos foi proposto um loteamento apara ali. Já em tempos se falou nisso, o Sr. Presidente não descobriu a pólvora mais uma vez. Lembrou-se de vender a pinheira, alguém já se tinha lembrado e não quis vender. O Sr. Presidente dois meses depois vem dizer que é um negócio ruinoso. As contas Sr. Presidente, devia tê-las feito na altura, antes de propôr, um negócio que renderia a este município 500 mil contos. As contas fazem-se na altura, não é depois quando o saldo está a descoberto Sr. Presidente. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Muito obrigado. Estamos no período de pedidos de esclarecimentos ao Presidente da Câmara em relação à sua intervenção. Por razões de economia será mais interessante ouvir todos e depois dar a palavra ao Sr. Presidente.”

Vogal Virgínia Veiga:

“Peço desculpa, porque eu não quero pedir um esclarecimento, quero pedir resposta ao esclarecimento pedido ontem. A questão é tão simples como esta: é que, tinha

colocado questões sobre S. Jacinto que ficaram sem resposta. É tão simples como isso.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, eu não quero pedir esclarecimentos, eu quero utilizar o direito de réplica que me é concedido pelo regimento. E queria, extravasando um pouco esse direito de réplica, fazer aqui uma homenagem ao Dr. Rogério Leitão, e à forma ponderada e equilibrada e eficaz com que dirigiu os trabalhos desta Assembleia durante vários anos. Posto isto, queria replicar o seguinte: chamar a atenção, para o facto, que 2004 é um ano que pode significar uma oportunidade para implementar um objectivo do Plano Estratégico, que é a criação de um novo estádio municipal. Previsto no PDM, previsto no Plano Estratégico e que a Câmara mais do que dispersar-se se por outros objectivos, talvez devesse concentrar-se (caso avance a candidatura de Portugal) para que os investimentos previstos com esta realização permitam, de facto, a realização deste objectivo do plano Estratégico, eventualmente com menos custos. É uma opinião, que em vez de estar com grandes gastos em recuperar o que é difícil recuperar, podíamos avançar nesse sentido. Quanto às questões que ficaram sem resposta, eu lembrava o Sr. Presidente, mas a reunião vai longa. O Sr. Presidente poderá focar isso na sua intervenção no primeiro ponto da ordem de trabalhos, mas eu quando me colocam questões ou quando me abordam, eu gosto de levar a resposta que a Câmara dá, como é óbvio. Aquela questão dos moradores junto à Betão Liz, colocaram-me a questão, ela não foi referida pelo Sr. Presidente, essa questão pelo menos espero por ela.”

Presidente da Mesa:

“Quando eu disse que dava a palavra para pedidos de esclarecimentos, naturalmente, também dava para o direito de réplica, que é legal e constitucional.”

Presidente da Câmara:

“Sobre a questão do Betão Liz, eu dava a palavra ao Vereador Eduardo Feio, foi ele que recebeu os moradores e está dentro do assunto.

Sobre a questão de S. Jacinto, de facto, só tenho que lamentar o sucedido, acho que é uma pena que não tenham sido encontradas as condições legais para que a fábrica fechasse. Nós não temos meios (como sabe) para criar emprego indirecto em S. Jacinto, temos canalizado para lá alguns potenciais investidores, ainda há duas semanas enviámos lá um potencial investidor para uma fábrica de barcos, mas infelizmente não consegui obter os terrenos que necessitava porque lhes foi pedido um preço exorbitante e o investimento fugiu. Estamos atentos, tudo faremos para que todas as possibilidades que encontrarmos para resolver o problema das populações de S. Jacinto mas infelizmente não temos boas notícias para dar.”

Vereador Eduardo Feio:

“Para prestar então esclarecimento ao Sr. Vogal António Salavessa, como ele referiu ontem na sua intervenção. Referiu, que os moradores da rua da Caldeira tinham sido ouvidos por mim e foram, essa questão foi-me posta há cerca de três semanas, desloquei-me ao local e neste momento está a ser feito todo o histórico do processo, vai ser de novo analisado por esta nova Câmara. A situação é uma situação complicada, a instalação está licenciada, contudo, está a ser analisada pelos nossos serviços técnicos

na área de planeamento, relativamente ao tipo de implantação que se verifica numa zona que não é zona de equipamento do PDM e esse será um ponto a discutir e a aprofundar. Há uma questão em PDM que está a ser estudada agora pela primeira vez. Quando houver notícias, obviamente, os moradores que fizeram o requerimento em Câmara e que já tiveram um primeiro contacto, serão notificados do desenvolvimento do processo. Neste momento está em estudo.”

Presidente da Câmara:

“Eu queria responder ao Deputado Diogo Machado, que ficou tão exaltado na consulta que fez aos arquivos da minha primeira comunicação. Com outra serenidade, ele teria percebido que aquilo que eu disse e que citou da comunicação, que reportava-se, naturalmente, a uma intenção política de vender a fábrica da Pinheira e vender os armazéns gerais e, tinham-me dito nos serviços, que de facto, a fábrica da Pinheira com outro tipo de lotes poderia render bastante e os dois empreendimentos juntos mais de 500 mil contos. Como o Sr. Deputado bem sabe, forma de dizer quais foram as vias que teríamos ao nosso alcance para sanarmos financeiramente a Câmara. Foi nesse contexto que o disse e é nesse contexto que deve ser avaliado. Obviamente, que eu também tenho as minhas falhas, eu tenho três ideias que de manhã me parecem boas, à tarde já só duas é que são, chego ao fim do dia uma é boa e se calhar só a chego a fazer no dia seguinte. O Deputado Diogo Machado, é que pensa três coisas, di-las todas e às vezes as três são más. Mas isso são coisas que acontecem a todos e o que eu lhe queria dizer é que depois disso, quando seriamente com os serviços analisei a hipótese de vender os terrenos, aí sim, os serviços fizeram contas, foi-se ver quanto é que se tinha pago pelo terreno, quanto é que ele vale agora, quanto é que pode valer com um plano de pormenor aprovado e então, em seriedade, cheguei à conclusão que aquilo que eu tinha inscrito na ordem de trabalhos devia ser retirado. Foi este o exercício com seriedade que foi feito.”

Vogal Filipe Brandão:

“Apenas para concordar, em parte, com o que o Vogal Diogo Machado aqui disse. De facto, penso que todos os que conhecem o dossier da fábrica da Pinheira, não poderão tirar outra conclusão: que a fábrica da Pinheira consubstanciou um acto falhado e, de facto, sempre o foi. Agora, a questão é quem é que falhou nesse acto de gestão e é isso que eu quero e pretendo e agradeceria que o Sr. Presidente da Câmara aqui esclarecesse. Porque, em mandato anterior ao meu (e eu recorro que já cá estou há quatro anos), a fábrica da pinheira foi trazida a esta Assembleia Municipal, para depois de adquirida aí serem instalados os armazéns gerais. E, foi dado um valor de compra, com esse único propósito, a instalação de armazéns gerais, não foi uma despesa de investimento. Portanto quem comprou, comprou para instalar armazéns gerais. Mais tarde, já era eu membro desta Assembleia, o anterior Executivo veio dizer que aquele terreno não tinha aptidão para essa utilização, ou seja, veio confessar aqui, expressamente, um acto falhado de gestão. O que o Sr. Presidente, aqui veio hoje dizer é mais grave do que isso e isso já era bastante grave. O que o Sr. Presidente veio dizer é que o terreno da fábrica da Pinheira não vale aquilo que ele custou e como V.Ex.^a veio dizer isso, eu gostava que V.Ex.^a concretizasse, designadamente, confrontando aquilo que ele custou, com aquilo que V. Ex.^a foi informado que pode valer hoje.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, acerca do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara eu gostaria que me fosse esclarecido o seguinte: quanto ao gaveto da Sousa Pizarro com a Avenida Central, eu permitia-me lembrar a Assembleia que eu fui o primeiro a levantar a questão na anterior Assembleia, estavam os alicerces a começar a ser construídos e lamento, (que nas outras ocasiões fiz o mesmo) que ninguém tenha ligado a esta questão e mais tarde todos viram que era um erro. Mas porque está o edifício já com a sua estrutura construída, eu gostaria que o Sr. Presidente me explicasse como é que se pode melhorar o alinhamento, uma vez que o edifício que está lá tem alinhamento.

Quanto à atitude política de a Câmara apoiar o pequeno comércio, eu queria saber Sr. Presidente, se é um dos vectores da política municipal ao pequeno comércio, condicionar a proliferação de grandes superfícies comerciais previstas para o concelho. Quanto ao IP5 gostaria que me respondesse, se for possível e se o Sr. Ministro lhe deu essa indicação, para quando a conclusão da duplicação do IP5, o que lamentamos, porque como é sabido o anterior governo defendia que o IP5 deixasse de ser a via que é, mas sim ser uma auto estrada.

O IC1, promessa de começar até ao fim do ano. Não podemos esquecer Sr. Presidente, que este governo provocou sucessivos atrasos nesta obra (eu próprio acompanhei técnicos ligados à obra, que hoje diziam uma coisa e já andam há três anos a dizer que a obra vai começar no Verão seguinte) e foi sucessivamente adiada por este governo e temos que concluir o seguinte: foi adiada com alteração das prioridades na rede viária, com grandíssimo prejuízo para Aveiro e para a sua região, essa é que é a verdade irrefutável.

A questão da Pinheira. Eu fui dos que foram convidados pela anterior Câmara para ir visitar as instalações da Pinheira e permitam-me fazer uma rectificação daquilo que foi dito aqui pelo Dr. Filipe Brandão, uma afirmação que disse, que o terreno da Pinheira não tem aptidão. O terreno tem aptidão, o que não tem aptidão é o edifício que lá está. Essa é que é a verdade. Mas Sr. Presidente, a fábrica da Pinheira (apresentou aqui a questão como sendo a receita que estaria muito aquém daquilo que pensaria) eu suponho que é outra a questão Sr. Presidente e gostaria que o dissesse. Não é o condicionamento imposto pelo PDM que impede neste momento (e daí o Senhor ter falado num plano de pormenor) o desenvolvimento do processo tal qual o apresentou. Posto isto e por falar em plano de pormenor, eu gostaria de saber se vai gastar-se ali o dinheiro necessário para o desenvolvimento do plano de pormenor só para tratar o terreno da Pinheira ou também toda aquela zona envolvente. Era uma outra questão que lhe deixava. E depois Sr. Presidente, porque não, demolir o que lá está, aproveitar o terreno da Pinheira, construir de raiz os edifícios e armazéns específicos para os armazéns gerais. Não será que com esse investimento que será em termos de optimização do espaço e do fim e da utilidade, muito melhor que a compra que se está a prever, para além de tudo isto, não seria uma economia de verbas? Esta é a questão que lhe deixo quanto à Pinheira.

Uma outra questão a Betão Liz. É verdade, eu comungo com as preocupações das pessoas que residem na área da Betão Liz. Percebo perfeitamente o que ali se passa e deve ser bastante grave pelos inconvenientes de ordem ambiental que produz. Mas Sr. Presidente, vamos uma vez mais verificar que esta instalação irá ser transferida para uma outra área, porventura mais rural. E uma vez mais as populações de fora da cidade vão sofrer o ónus deste tipo de investimentos, sem tirar daí vantagens, isto é, continuam a ser feitos os investimentos. E eu sugeria à Câmara, (porque não é isso que eu vejo nestes documentos) os impostos em Aveiro são na sua esmagadora maioria produzidos fora da cidade de Aveiro meus Senhores, e a área fora do perímetro urbano recebe uma parte ridícula desses impostos. É só isto.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente, num exercício de um direito que me assiste, para lembrar aqui alguém que em inglês dizia “I have a dream”. Quase toda a gente sabe o que isto quer dizer. Seria até na altura considerado um homem de esquerda (tem todo o meu respeito por isso). Aveiro, mais uma vez, não deixa de me surpreender. Temos agora um Presidente da Câmara que nos diz: eu quando acordo de manhã tenho três ideias (é engraçado) há hora de almoço já só tenho duas, ao final do dia eu tenho uma ideia meus Senhores e se calhar no dia seguinte nem sequer está posta em prática. Volto a dizer, que uma vez alguém disse “eu tenho um sonho” “I have a dream” e nessa altura quem teve esse sonho não foi capaz, não o deixaram ver concretizado. Mas o sonho concretizou-se e está à vista de todos em prol de um mundo melhor, façamos uma redução de escala, passemos a uma micro escala, que é o concelho de Aveiro. Eu tenho três ideias, sou Presidente da Câmara e tenho três ideias, hoje acordei com três ideias, vou fazer uma comunicação à Assembleia, uma ideia vou - vender a Pinheira (nunca ninguém se tinha lembrado disso) se calhar a ideia que sobreviveu à triagem diária, aí está ela na comunicação, bem explícita, evidente e gravada em acta, reproduzida fielmente em texto. Esta é uma das suas ideias. Mas depois mais engraçado do que isso, nunca ninguém disse “ eu tenho um sonho mas depois com seriedade”. Se calhar esse sonho já não é sonho. Mais uma vez Aveiro não deixa de me surpreender. Porque o nosso Presidente da Câmara diz: eu tenho três ideias, mas depois diz, agora com seriedade, uma dessas três ideias que está numa comunicação à Assembleia Municipal, encaremo-la com seriedade agora. E essa ideia que até podia render 500 mil contos, está quantificado, ou seja, é uma ideia quantificada, se calhar pode passar um objectivo, dois meses depois é completamente desvalorizada. Porque se diz agora, depois de essa ideia estar escrita e publicitada nos órgãos de comunicação social, como sendo uma das medidas relâmpago de saneamento financeiro, que até renderia 500 mil contos, hoje dia 29 de Abril (e espero que a comunicação social fará justiça a esta imprudência, até lhe podia chamar inexperiência, quem sou eu para qualificar) essa ideia encarada com seriedade, pelo Sr. Presidente da Câmara, agora que a encarou com seriedade, agora que se sentou à mesa com os técnicos a fazer contas, dois meses depois essa ideia já não é ideia seriamente. Titubeamos, andamos como tolo em cima da ponte, para que lado é que vamos? Não vendemos? Loteamos? Recordo o Dr. Filipe Brandão (não preciso de recordar porque ele sabe) esta Assembleia no mandato anterior, já aqui foi ventilado várias vezes por outros deputados municipais (alguns já aqui não estão) o loteamento da fábrica da Pinheira. Pego novamente na sugestão do Senhor Armando Vieira, (finalmente concordo com o Sr. Armando Vieira e concordo a cem por cento) equacionemos a reconversão do local, deitemos a baixo e reconstruamos, façamos essas contas, não sei quanto é que custa. Mas façam-se as contas antes de terem as ideias e mais, antes de se fazer a triagem das ideias e mais ainda, antes de se escreverem as ideias para que constem em acta Sr. Presidente da Câmara.

Não acabei ainda, mantenha a calma Sr. Presidente da Câmara, não se enerve senão a ideia que lhe resta do final do dia pode ir por água abaixo. Aquilo que eu digo Sr. Presidente da Câmara, é que está escrito que o Senhor quantificou quanto é que podia valer essa venda, precipitadamente, desatempadamente, fora da localização, e mais, correndo sérios riscos até de se descredibilizar a si próprio, porque as contas Sr. Presidente da Câmara (e pelo que sei o seu percurso profissional sempre foi feito a fazer contas), sabe muito melhor do que eu que as contas se fazem antes, e o Senhor não as fez, nem o Senhor nem os técnicos. Portanto, quando o Senhor diz que as minhas

ideias são desajustadas, serão provavelmente, quem preside aos altos desígnios do município eleito pelos eleitores desta nossa terra de Aveiro é o Senhor. Agora, de certeza que os munícipes que o elegeram a si e à sua equipa, no exercício do seu legítimo direito, o elegeram para fazer contas a tempo, o elegeram para propor ideias acertadas, o elegeram para agir consequentemente e coerentemente com as ideias que propõe e que anuncia a esta Assembleia.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Diogo Machado, eu não percebi bem a história (ninguém percebeu aqui, mas enfim). Tem sido hábito esta noite, as suas intervenções ninguém as percebe muito bem. A propósito do “dream” não sei se é o Diogo Machado que anda sem “dreams”, se quis ver algum, mas o que eu queria confirmar nesta Assembleia é que o Sr. Diogo Machado não é nenhum “night man” isso eu posso garantir. Agora, anda a ver fantasmas e anda a confundir as coisas. Eu nunca disse que tinha sido eu a descobrir a ideia “luminosa” da venda da Pinheira. Eu disse que me lembrei disso, mas nunca disse que outros antes não se tinham lembrado também. Ponto dois, Sr. Diogo Machado, não confunda um discurso político sobre opções económicas, que foi o que eu comecei por fazer nesse primeiro momento, com discursos económicos e uma análise económica que temos de fazer agora na altura de tomarmos decisões políticas. E o Diogo Machado está a confundir as duas para fazer uma flor aqui na Assembleia, mas está a sair-lhe a flor completamente murcha, porque não vai a lado nenhum nem consegue convencer ninguém. Era só isto que eu queria dizer e não me repito mais para não seguir o seu exemplo.”

Vogal Diogo Machado:

“Muito Obrigado. Como certamente, melhor do que ninguém o Sr. Presidente saberá, asneiras ou não, aquilo que eu disser aqui e agora é última palavra sobre o assunto, porque a Câmara não tem mais tréplica sobre esta questão. E, aquilo que eu vou dizer agora é que a asneira que eu incorri todos nós podemos comprová-la pela acta. Ponto dois, o Sr. Presidente da Câmara quando diz que a flor está murcha ou que eu tentei fazer uma flor que murchou, até é natural que tenha murchado. Agora, eu tentei fazer uma flor que murchou, o Senhor foi aqui desmascarado, concretamente com dois vasos de flores que estão ambas murchas, duas ideias sobre o mesmo assunto num curto espaço de dois meses.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito Obrigado. Eu estava a pensar que havia mais elementos da Câmara a intervirem, porque não havendo, eu gostaria de fazer uma réplica da não explicação da Câmara à questão que lhe perguntei. Eu comecei por fazer uma intervenção relativamente curta porque estava convencido e dei o benefício da dúvida à Câmara Municipal de Aveiro, para me explicar qual era o equívoco. Chego à conclusão que não há equívoco nenhum. O que acontece, é que há uma usurpação da organização do Salão de Antiguidades por parte da Câmara Municipal de Aveiro e este Salão de Antiguidades nunca foi de organização da Câmara Municipal de Aveiro, é de organização do Lions Clube Santa Joana Princesa, que sempre o organizou, e o que a Câmara faz é dar o salão, e mete em tudo quanto é convites, mete em tudo quanto é propaganda de realizações da Câmara e ainda por cima nos dá este cartãozinho para visitar uma feira que não é nossa e que depois ficamos mal vistos quando chegamos lá, porque nos dizem isto não serve. E com toda a razão. E quem fica mal somos nós, são os munícipes que estão a ser enganados por organizações da Câmara que afinal não

são da Câmara. E o mais grave é isto, é que no passado os organizadores calavam-se, só que agora perderam o respeito, e desta vez, porque eu entrava sempre, só desta vez é que tiveram a coragem de me dizer: mas é que isto não serve para nada porque a organização não é da Câmara Municipal de Aveiro. E isto é que acho que é grave, é perda de respeito por parte das pessoas em relação à Câmara Municipal de Aveiro.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Deputado Manuel Coimbra, eu peço desculpa, de facto, eu tinha aqui anotado para lhe responder, mas passou nitidamente. O Salão de Antiguidades tem vindo a ser organizado pelo Lions Clube Santa Joana, eu creio que há nove anos e sempre nas mesmas condições. Nós não introduzimos nenhuma novidade, nenhuma alteração na forma como tem vindo a ser organizado. É uma organização do clube não é da Câmara, a Câmara cede o espaço, as receitas são atribuídas a obras de beneficência, nomeadamente aos bombeiros, e se de facto teve nesse dia a pouca sorte do seu cartão não lhe permitir a entrada, ou se isso tenha sido uma regra adoptada em termos genéricos pela organização do clube, admito que sim, porque não é organizado pela Câmara, fique-lhe ao menos o conforto de saber que aquilo que teve de pagar para entrar foi canalizado para uma obra de beneficência. Não façamos disso um caso político porque acho não tem relevância. É falta de informação, o Salão de Antiguidades é organizado por uma entidade que não é a Câmara para aqueles efeitos. Penso que está esclarecido.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“O que se passa não são os trezentos escudos nem para onde vai o dinheiro, não é isso que me interessa aqui. O que me interessa, é que eu tenho obrigação como membro desta Assembleia Municipal de ir lá ver como é que é. Eu estou no exercício das minhas funções e este livre trânsito entendo-o como o exercício das minhas funções, para ir fiscalizar a actividade da Câmara e é nessa função que eu vou lá. Porque se calhar eu nem entendo nada de antiguidades, mas eu vou lá porque me interessa saber o que é que a Câmara está a organizar. Porque se eu quiser doar ou fazer alguma doação, eu dou-a no momento certo. Não é chegar lá e olha que chatice, isto não é da Câmara, tome lá trezentos escudos e está tudo bem. Não está, está tudo mal. E o problema é esse, é que está tudo mal, está a começar tudo mal e eu temo é que para os próximos quatro anos continue tudo mal e comece toda a gente a abusar da Câmara e isso é muito mau que aconteça.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Não posso deixar passar em claro uma situação destas. É que eu já me apercebi que o Sr. Presidente tem uma visão errada do que seja governar o município e é isso que aqui importa enaltecer. V. Ex.^a pensa que um deputado quando tem um cartão é para aproveitar uma gratuidade, mas não é para isso. Foi o que quis dizer aqui e, portanto, eu estou inteiramente de acordo com o Sr. Deputado Manuel Coimbra. Quer dizer, quando os deputados têm o livre acesso é para exercer o controle e têm o perfeito direito de o fazer. E para isso que aqui estão, Sr. Presidente. Eu gostava que V. Ex.^a mudasse de atitude para bem do município e da nossa actividade e em proveito dos municípios de Aveiro.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara. Eu não posso deixar de aproveitar, mas suscitar uma questão, que aliás já suscitei na comissão que está

discutir os regimentos dos diversos certames que se realizam no recinto de feiras e exposições da Câmara Municipal de Aveiro, questão que é a seguinte: nós estamos a regulamentar tudo, menos as condições da cedência a terceiros do parque de feiras e exposições, que também devia ser objecto de regulamento especial. Quando a Câmara a cede a terceiros, deve ser na base do regulamento que esteja perfeitamente definido onde por exemplo, podem estar salvaguardados, não um privilégio ou uma mordomia, mas sim o exercício das funções dos membros da Câmara e da Assembleia Municipal. É uma questão que já suscitei e que certamente entendo que agora devia aqui produzir.”

Vogal Gaspar Albino:

“Eu tenho para comigo que o cartãozinho que me foi entregue, não me conferia o direito de ir à feira de março quando eu quisesse. Era um verdadeiro lembrete para eu poder exercer de uma forma correcta o direito que me assiste, enquanto Vogal da Assembleia Municipal. E julgo, que terá sido exactamente isso que o Vogal Manuel Coimbra aqui quis referir. Eu, por razões de natureza vária, deverei dizer que sou Lions e até posso dizer que sou membro fundador do Lions Clube Santa Joana Princesa. Sempre soube quais eram os objectivos que pretendíamos alcançar enquanto membro desse clube: era servir os outros. O que, de algum modo, também o objectivo da Câmara Municipal de Aveiro é servir os outros. E era uma forma expedita, porque esta forma de servir os outros até não custa um tostão à Câmara em termos de investimento directo; custa na justa medida que se cede um espaço e esse espaço tem valor. Mas o que eu entendo, Sr. Presidente, e isto sim, é que as pessoas que recebem o direito de usufruir de um espaço deveriam ter consciência (e aí refiro-me concretamente ao Lions Clube Santa Joana) de que aquele espaço é da Câmara, é de todos nós e, quem representa o Município a nível desta Assembleia deveria ter um livre acesso, porque não vai lá para ver as antiguidades somente; poderá ir ver, mas poderá ir ver na sua qualidade de vogal desta Assembleia. Eu acho que deveria haver um esclarecimento de situação (e vou por aquilo que o Sr. Salavessa disse) um vogal desta Assembleia não pode ser impedido. É a minha opinião enquanto munícipe, enquanto vogal e enquanto membro do Lions Clube Santa Joana Princesa, a que me orgulho de pertencer.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu gostava de dar aqui um esclarecimento e porque estou a ver que no fundo estão a fazer uma tempestade num copo de água. E, o que me parece, é que as pessoas estão pouco esclarecidas. E digo isto porquê. Este convite não é mais que uma gentileza dos serviços de parques e exposições da Câmara, para nos convidar quando quisermos ir ver e assistir às feiras e aos certames feitos por eles. Agora, um membro desta Assembleia e os que já cá estão há muitos anos, sabem, que entram em qualquer recinto propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, com o seu cartão de identidade de membro desta Assembleia, não só nos recintos como até nos autocarros têm gratuidade de transportes. Agora, como membro desta Assembleia a trabalhar para esta Assembleia deve apresentar o cartão de identidade. “

Vogal Custódio Ramos:

“Eu não usaria da palavra, se não estivesse efectivamente nas mãos de uma comissão, de que eu faço parte, um conjunto de regulamentos e, portanto, nessa medida e com alguma humildade eu diria que se impõem alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar eu diria que é pertinente a questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel António

Coimbra, mas devo dizer que há anos atrás a mim mesmo, o mesmo Lions Clube me observou que o cartão que o parque de feiras então oferecia não servia para nada. Portanto, isso que lhe aconteceu a si agora na gestão do Dr. Alberto Souto, aconteceu-me a mim numa gestão anterior. Há uma questão de fundo que esta Assembleia também já debateu, que é a autonomia do parque de feiras. O parque de feiras e exposições sabem que não tem autonomia nenhuma nem nunca teve, nunca teve do ponto de vista legal. Mas o CDS/PP geriu o parque de feiras e as feiras que ali se realizam, da forma que nós aqui já falámos várias vezes, pelo menos na Assembleia anterior (e não estou a criticar o CDS/PP) está tudo dito. A questão de fundo é outra. Esqueçamos o passado e tenhamos a coragem de definir regras para o presente e para o futuro. Em sede do regulamento da feira de Março, foi aprovada uma proposta, que esta Câmara pespegou, foi aprovado pela Câmara anterior, onde tem um artigo no regulamento (que eu já entreguei ao Senhor Vereador Eng. Cruz Tavares, um novo texto que está a circular pela comissão e portanto, irá ser revisto) que vai a este cúmulo: os membros da Câmara só podem entrar na feira de Março e os dos serviços de fiscalização, uns e outros só lá podem entrar, pelo tempo estritamente indispensável para o exercício das suas funções. Os membros da Câmara, que eu saiba é este conjunto que temos aqui. Portanto, o que lá está proposto a esta Assembleia e é aprovado pela Câmara anterior, é isto, a regra para entrar na feira de Março é a seguinte: os membros da Câmara e os serviços de fiscalização só podem entrar para o exercício das suas funções e permanecer lá o menos tempo possível. Bem... eu não vou bater mais no ceguinho, vou dizer é o seguinte: vamos reflectir calmamente nestes regulamentos todos, apresentemos aqui propostas concretas para termos uma saída airosa para todos os regulamentos (não é só esse, que nem sequer nos diz respeito é do Lions) mas há outra questão de fundo que é termos pessoal qualificado nas entradas. E nas feiras, sabemos, que não há pessoal qualificado nas entradas. Põem-se lá uns jovens sem preparação nenhuma sem nada e, de facto, quem fica mal é o Deputado que puxa pelo seu cartão. E já agora Sr. Presidente da Câmara, vou-lhe fazer outra recomendação, que é o seguinte: os cartões que deram do trânsito, a mim deram-me o amarelo, eu só por educação é que o recebi Sr. Presidente. A questão é esta Sr. Presidente, se não se tem a certeza, se a gente está na estrada a conduzir na China e não sabemos onde ela vai conduzir, então o Chinês pergunta: Então o Sr. é turista, está nesta estrada e pergunta por onde vai! Então para que é que está nela se não sabe para onde vai. Isto para dizer o seguinte: estes cartões distribuíram-nos, não disseram para que é que servem, mas se eu o puser ali o policia multa-me. Porquê? Porque o policia sabe, mas eu não sei. Porque o regulamento dos parçómetros, fui eu que dei um grande contributo para isso, senão nem existia regulamento. Fui eu que exigi ao CDS, está nas actas. O regulamento não previa nada disto, isto até é ilegal, (eu já disse ao Vereador Eduardo Feio) como são ilegais os das outras cores.(porque há três cores, há de primeira, segunda e terceira, o meu é de segunda) Mas eu sou da Mesa. Eu posso ter que vir aqui assumir a Presidência da Mesa, que é o cargo mais alto do Município de Aveiro e o meu cartão não vale nada, o do presidente da junta vale mais para ter ali o carro. Eu não estou a criticar por criticar, (Sr. Diogo, a obra que está de pé não é do Dr. Alberto Souto é do CDS/PP, está mal) vamos de facto ajudar a reformular isto tudo, mas com consciência e ajudando. Já agora, eu sou Presidente da Comissão dos Regulamentos, entre nós combinamos que até ontem, o Sr. Salavessa e os outros componentes entregassem no seio da comissão, os trabalhos de casa, para que os regulamentos avançassem. E, eu perguntei na mesa quantos é que entraram, um. Que é um trabalho do Dr. Arroiteia e meu, de resto ninguém entregou o trabalho de casa. Portanto, vamos fazer criticas ao Dr. Alberto Souto, eu também fiz a minha agora, mas sejamos precisos, não estejamos

aqui a confundir as coisas. As críticas têm de ser justas, efectivamente, no que toca ao acesso ao parque de feiras e tudo isso, depois há outra questão que é a definição do parque de feiras. O Sr. Barbosa diz: o parque de feiras teve a gentileza. O parque de feiras não existe, aquilo é um prédio que pode ir abaixo qualquer dia para uma urbanização. O que existe é a Câmara de Aveiro que tem a responsabilidade de conduzir o parque de feiras. O mal foi que o CDS/PP, durante anos, meteu na cabeça que existia um parque de feiras, que tinha autonomia, que tinha a gestão da AIDA em conjunto, que tinha outras associações. Na Agrovouga também tem lá uma série de parcerias que eu não entendo muito bem, que estão numa ilegalidade total, absoluta. E, no que toca a regulamentos havemos de ter oportunidade de, efectivamente, discuti-los caso a caso, peça a peça. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, é só para não haver equívocos. Eu queria informar a Assembleia que o meu trabalho de casa foi o primeiro a entrar no dia dezasseis de Abril. Admiti, eventualmente, que pudesse fazer alguma alteração pontual, coisa que entendi não dever fazer. Já agora, o meu trabalho de casa para a Comissão do Regimento, foi entregue a nove de Fevereiro.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Então eu ia prosseguir com a comunicação à Assembleia Municipal para focar vários pontos, ela foi distribuída.

Vogal Diogo Machado:

Sr. Presidente, posso fazer um ponto de ordem à mesa?”

Presidente da Mesa:

“Não pode não. Eu vou esclarecer o ponto da situação, do meu ponto de vista. O Presidente da Câmara tinha passado a fazer uma exposição geral, reportada ao período de antes da ordem do dia, depois houve réplicas, pedidos de esclarecimentos, a minha ideia é que estamos ainda antes do período de antes da ordem do dia. Sr. Presidente a sua ideia é essa”

Presidente da Câmara:

“A minha ideia é que pensava que já tinha terminado o período de antes da ordem do dia, não havendo mais inscrições para falar e, portanto, eu passaria ao ponto seguinte, mas se tiver de haver um encerramento formal, Sr. Presidente faça favor.”

Presidente da Mesa:

“Não é o problema formal de se estar no período de antes da ordem do dia ou estar no ponto um da ordem dos trabalhos. É o problema se já acabou a sua exposição reportada às temáticas que foram suscitadas no período de antes da ordem do dia.”

Presidente da Câmara:

“Penso que sim, já acabei.”

Presidente da Mesa:

“Portanto, a ideia é passarmos ou não à comunicação formal do Presidente da Câmara Municipal, é isso.”

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente, eu não quero ser maçador, mas gostava de lhe dizer Sr. Presidente, sobre a figura do ponto de ordem à Mesa, que por favor, não se deixe ultrapassar pelos ímpetos intempestivos do Sr. Presidente da Câmara. Quem encerra as discussões sobre os pontos, sejam da ordem de trabalhos, sejam do período de antes da ordem do dia, é V. Ex.ª Sr. Presidente, não é o Sr. Presidente da Câmara. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, pelo reconhecimento do meu estatuto, agradeço sempre. Eu sei pôr-me no meu lugar, umas vezes pior, outras vezes melhor, mas isto da democracia é difícil de concretizar, mas é o melhor sistema. A consulta que eu faço à Assembleia é a seguinte: vamos abordar a comunicação do Sr. Presidente da Câmara ainda hoje ou passamos isso para a próxima reunião.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, achamos que devido ao adiantado da hora se deveria adiar para uma outra. Permita-me Sr. Presidente, que também, em nome do bom senso e dos interesses da cidade de Aveiro e do concelho de Aveiro, a Assembleia tenha no futuro um outro comportamento, para uma maior celeridade dos trabalhos. Esta é que é a verdade. Mas ainda queria lembrar que há questões que foram postas que ainda não foram respondidas na anterior intervenção.”

Presidente da Mesa:

“O clima é que não se aborde a temática da comunicação do Presidente da Câmara, mas o Deputado Armando Vieira entendia que havia tópicos que não tinham sido abordados pelo Presidente da Câmara, então faça favor de os relembrar se não for abuso da minha parte.”

Vogal Armando Vieira:

“Foi a questão do gaveto, foi a questão da atitude política quanto à protecção ao pequeno comércio, foi a questão do IP5, do ICI e as diversas questões postas à volta da Pinheira.”

Presidente da Mesa:

“Certo. Convido o Presidente da Câmara a se quiser abordar todos ou só alguns destes temas, com a extensão que entender necessária. Depois disso, vou encerrar a Assembleia se não houver nada de especialmente interessante e urgente a tratar.”

Presidente da Câmara:

Bem, em primeiro lugar no que toca à preocupação com o pequeno comércio. Penso que já aqui foi dito que a Câmara tem acompanhado de muito perto o PROCOM, que é o programa específico, como sabe, que vai tentar minorar os efeitos no pequeno comércio, do impacto que vão ter as três grandes superfícies comerciais que se anunciam em laboração para os próximos tempos.

Depois o gaveto, também penso que já disse aqui o que o suficiente. A situação do ponto de vista dos alinhamentos era criticada pelos nossos técnicos e pelos técnicos exteriores e pela população em geral, é preciso dizê-lo e para que não se viesse ali a eternizar e a sacrificar uma solução que seria certamente mais um aleijão

arquitectónico dentro da cidade, optou-se por efectuar o novo alinhamento, o que vai permitir que as casas que vão nascer a montante e a jusante sejam alinhadas por ele ou não tenham que vir a ser alinhadas pelo alinhamento actual, o que podia ter como consequência, por exemplo, que um prédio com cinco andares viesse para cima do passeio da Artur Ravara. Portanto, penso que é uma obra correcta e que penso este executivo entendeu dever fazer.

Depois em relação a fábrica da Pinheira, é verdade que nós estamos limitados, na zona da fábrica da Pinheira ao que dispõe o PDM e, portanto, seria pouco assisado estar a proceder à venda antes de um plano de pormenor vir alterar a área circundante e, portanto, permitir uma utilização do solo que seja mais rentável. É essa a questão que em nome da defesa dos interesses do Município de Aveiro, esta Câmara entendeu por bem tomar. Penso que respondi a todas as questões.”

Vogal Armando Vieira:

“Mas pensa ou não, mandar proceder aos necessários estudos para avaliação de uma potencial colocação dos armazéns gerais no terreno da Pinheira?”

Presidente da Câmara:

“Não. Neste momento a opção que temos para os armazéns gerais até como se deduz da minha comunicação, é a de adquirir um imóvel que está em perfeitas condições o que nos permite ter uma solução óptima, rápida, eficaz e em boas condições financeiras. Além disso os cálculos que temos, apontavam para um custo de construção que seria superior ou idêntico ao que temos agora, com o acréscimo da demora portanto, parece-nos que não é boa solução e sendo certo que os técnicos do planeamento, também preferem ver para aquela zona da fábrica da Pinheira, a expansão de zona de moradias e não a sobrecarga com serviços desse tipo.”

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 04 de Maio de mil novecentos e noventa e oito, pelas 21:00 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 01: 45 horas do dia 30 de Abril.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que tem como suporte a gravação de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.